

Armando Correa de Siqueira Neto

JUSTIÇA

e

RE

COM

PEN

SA



Armando Correa de Siqueira Neto

JUSTIÇA E RECOMPENSA

SIQUEIRA NETO, Armando Correa de
Justiça e recompensa / Armando Correa de Siqueira Neto
Mogi Mirim – São Paulo: 2016.

1. Ética 2. Filosofia 3. Psicologia

Só pratica o mal quem ignora o que seja a virtude.

Sócrates

Sumário

Introdução	07
Capítulo 1 – A PRESENÇA DA JUSTIÇA	
<i>A presença da justiça no passado e no presente</i>	14
<i>A justiça elaborada</i>	16
<i>A justiça natural</i>	19
Capítulo 2 – A JUSTIÇA NATURAL	
<i>A justiça e a experiência de vida pessoal</i>	25
<i>A justiça potencial</i>	25
<i>Justiça, injustiça e consequências</i>	26
<i>A religião e a justiça</i>	29
Capítulo 3 – VÍTIMA OU RESPONSÁVEL?	
<i>A influência através dos relacionamentos</i>	35
<i>O autoengano</i>	36
<i>Medo e conveniência</i>	37
<i>Nível de consciência sobre a justiça</i>	39
Capítulo 4 – A AUTOPUNIÇÃO	
<i>Conhecimento sobre a justiça</i>	43
<i>A autopunição consciente</i>	44
<i>A autopunição inconsciente</i>	46
<i>Intervenção sobre o Processamento Autorregulador</i>	54
<i>Casos reais sobre a autopunição inconsciente</i>	56
<i>Os efeitos da psicopatologia sobre o SPA</i>	61
Capítulo 5 – O AUTOCONHECIMENTO	
<i>A preparação para a autoavaliação</i>	65
<i>O método Passado, Presente e Futuro</i>	67
<i>Tabela para o desenvolvimento da autoavaliação</i>	70
<i>A inteligência emocional e a justiça</i>	74

<i>A empatia e a justiça no contexto emocional.....</i>	76
Capítulo 6 – A INJUSTIÇA NA INFÂNCIA	
<i>A dependência na infância e a justiça.....</i>	81
<i>A justiça na educação infantil.....</i>	84
<i>O feitiço voltou-se contra o feiticeiro.....</i>	89
Capítulo 7 – A JUSTIÇA ATRAI GANHOS	
<i>A justiça na vida profissional.....</i>	92
<i>A justiça e o bem comum.....</i>	93
<i>A justiça e a liberdade.....</i>	95
<i>Justiça, consciência e motivação.....</i>	97
<i>A justiça e os outros ganhos.....</i>	97
Bibliografia.....	100
O Autor.....	102

INTRODUÇÃO

O que eu fiz para merecer a vida que tenho? Por que preciso passar por determinada situação?

Tais questões podem fazer parte dos nossos pensamentos e, em algum momento, possivelmente, recorreremos a elas, a fim de tentar compreender as razões de ter de experimentar algum tipo de sofrimento. Por outro lado, pode-se questionar também sobre os acontecimentos bons, ao levantar dúvida acerca do mérito existente em relação a benefícios recebidos inesperadamente.

Embora a nossa atenção esteja voltada mais para a aflição do que para a graça recebida, é no mínimo curioso, o fato de tais eventos ocorrerem em nossas vidas, sobretudo da forma como eles surgem. Porém, é devido perguntar-se também: Será mesmo que eu não mereço tais situações? Ou eu não as compreendo, e, portanto, julgo se tratarem de um equívoco? Um equívoco que se torna justo se for agradável, e, injusto, se desprazeroso. Então, ainda que não se tenha consciência a respeito, é possível determinar se é justo ou injusto, baseando-se apenas no sentimento que é causado. Tal forma de avaliar os fatos é honesta e correta? Há justiça nisso?

É aqui que se inicia a jornada rumo à exploração e avaliação de incontáveis experiências de sua vida, e, notadamente, em relação à percepção do que é justo ou não.

Em meio a tanta injustiça percebida no convívio social, há pouca crença na possibilidade de se encontrar o seu oposto: a justiça. Todavia, a razão central de não enxergá-la não está, porventura, na falta de consciência para tal? A justiça, pois, é um bem invisível, que quer dizer,

segundo o dicionário: *A virtude de dar a cada um aquilo que é seu. A faculdade de julgar segundo o direito e melhor consciência.* Ela pode ser compreendida e exercitada se fizer parte dos nossos interesses. Porém, não é, de longe, algo que se obtenha apenas pela sua busca. Quantos caminhos parecem corretos em relação ao destino que pretendemos, e, no entanto, somente durante a jornada é que percebemos o engano, levando-nos a corrigir a rota? É preciso mais do que o desejo e alguns conceitos a respeito de ser justo. Vale perguntar: não é possível que sempre seremos injustos, em maior ou menor grau? Carecemos de compreensão aprofundada acerca da influência causada pelo nível de consciência que temos sobre a justiça.

Convém, além de tomar contato com o significado de justiça, apresentar a ideia acerca da injustiça, que, pode se apresentar de duas formas: *uma que é ação dos que injuriam; outra, que é omissão, quando podendo evitar não o fazemos.*¹

Mas é preciso conhecer e conviver com tais conhecimentos, pois enquanto não houver percepção no sentido prático sobre as nossas vidas, a justiça pertencerá à filosofia, religião ou ao direito, basicamente. Ela será percebida apenas como uma ideia (para alguns, interessante, para outros, utópica, ou ainda, insossa). Enfim, algo do qual só se faz parte do convívio social em razão das normas de relacionamento, encontradas nos códigos que regulam o que é certo e o que é errado, conforme a cultura de cada lugar. Pouco sentido terá ao se tentar aplicar a justiça na vida prática das pessoas se a entendermos exclusivamente como um pensamento que se registra por meio da literatura, ou como um mecanismo legal que controla e ajusta a população sob o seu domínio.

¹ CÍCERO. *Dos Deveres*. São Paulo: Martin Claret, 2005 – p. 37.

Embora seja possível tratar acerca da justiça através da conversa comum, exposição nas salas de aula, fábulas ou contos que retratem situações pertinentes, filmes ou representações teatrais, etc, nada se iguala à tomada de consciência obtida em razão da significância existente sob a pele de quem despertou para uma convivência íntima com ela. Portanto, tal reflexão sugere que somente a individualidade é capaz de propiciar a oportunidade de o sujeito entrar em contato consigo e, através de suas experiências e conhecimento adquiridos, vislumbrar a existência da justiça, seu funcionamento, consequências, e, sobretudo, a intervenção reguladora sobre ela, consciente e determinante. Assim, não é devido questionar: não cabe a cada um encontrar dentro de si o ponto a ser atingido para culminar em tamanha descoberta pessoal?

A ordem moral não depende da vontade arbitrária de Deus, mas é razão encontrada na essência divina, ou seja, a justiça é algo essencial e parte da natureza humana, inseparável.² Reconheço que a natureza colocou em todos os homens o desejo de ser feliz, aliado a uma forte aversão pela infelicidade. Estes são princípios de ordem prática verdadeiramente inatos, os quais, segundo a destinação de todo princípio de ordem prática, exercem uma influência contínua em todas as nossas ações. Contudo, trata-se, no caso, de inclinações da alma para o bem, e não de impressão de alguma verdade que esteja gravada no nosso entendimento.³ Explorar e encontrar a essência da justiça é um direito existente em nós, e um dever também.

E por falar em procurar a essência, ressalte-se que estudos contemporâneos de algumas universidades, qual Harvard, nos Estados Unidos, já sinalizam a existência de mecanismos biológicos para a

² AQUINO, Tomás. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 13, 43.

³ LEIBNIZ. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 62.

aquisição das regras morais, tão graciosamente percebidos em bebês e crianças ainda na fase inicial de suas vidas. Há, assim, uma predisposição no código genético, aguardando os muitos estímulos do ambiente de convivência, ou seja, há sementes morais aguardando os cuidados do jardineiro que vislumbra colheitas variadas no campo da justiça e da adequada convivência. Logo, ter disponível o recurso não garante a sua utilidade, requer-se aprendizagem, exercício e transformações que transitem do controle externo (obedecer regras e leis) ao autocontrole (atender aos conceitos éticos que acredita internamente, sem a necessidade de policiamento exterior).

Mas, não é sem efeito o estímulo ocasionado por terceiros, a fim de provocar o despertar da justiça no interior do outro. A questão é que, se deve primeiramente considerar os limites em relação a nossa consciência e em seguida a de quem pretendemos atingir com tal propósito. Se por ventura já houver terreno fértil para o plantio da semente da justiça, a chance de vingar é boa. Muito pode florescer... Do contrário, se o solo é árido, pouco resultará de tal trabalho. É preciso existir uma brecha, por pequena que seja, mas poderá implicar em muito, caso ocorra significação àquele que recebe o estímulo. Assim, reconhecer que o outro talvez não esteja preparado para iniciar a sua nova jornada em relação à dimensão oferecida pela justiça, não é apenas sinal de humildade (em vez de considerar a missão fracassada), mas de prudência, pois há tempo para tudo na vida, mesmo que a consideremos curta para tantas transformações necessárias.

Outra ponderação é a de que não é pretendido aqui dar conta de responder às questões ocorridas através de alguns fenômenos de grande complexidade e abrangência, tais como as pestes, a escravidão, o antissemitismo, especialmente no período da Segunda Guerra Mundial, etc. E, a propósito das guerras, o sofrimento que se abate sobre determinados povos nesses períodos brutais. (As explicações

comuns para essas ocorrências culminam na ignorância e no abuso de poder.) Tempestades, furacões, tsunames, erupções vulcânicas, entre outros, também fazem parte da lista de situações naturais (até certo ponto, por força da participação indevida do homem) que não serão submetidas às análises típicas desta obra. Acontecimentos que acometem um significativo número de pessoas tornam-se inviáveis de se explicar frente ao mecanismo da autocorreção proposto pela justiça natural, foco deste material. Por outro lado, contudo, será explorada cada possibilidade existente, destacadamente o indivíduo em sua singularidade.

Este livro pretende, com todas as forças possíveis, provocar o leitor à reflexão deste assunto tão distante, mas ao mesmo tempo tão entranhadamente disponível.

Cada pessoa é um universo particular, e, dessa forma, assim também ocorre com o desenvolvimento da sua capacidade de compreender e fazer justiça. Logo, pode-se caminhar ao lado de quem se encontra nesse tipo de jornada, porém, o seu sentimento, em boa parte do tempo, é o de estar só, pois solitária é a compreensão de algo tão profundamente pessoal, originados somente pela eclosão, finalmente, de compreensões que estão acima da lógica pura ou das emoções em seu estado natural.

Vale a pena salientar que essa poderá ser uma viagem sem volta. (Ninguém, em sã consciência, quer perder, em parte que seja, os valores tão arduamente conquistados, especialmente se eles são determinantes para o progresso nas suas várias possibilidades.)

Explore a sua consciência e faça dela um instrumento a favor do desenvolvimento. Ande por trilhas desconhecidas em busca de tesouros cujo valor é incalculável (liberdade de pensar e agir de acordo com as consequências desejadas; maior domínio sobre o que se quer da vida; melhores resultados mediante os esforços; boa e equilibrada

autoestima, baseada no engrandecimento próprio; maior motivação em razão da percepção de tantos ganhos que se verifica, etc). Mais, pergunta-se: não é de admirar que possuímos sistemas autorreguladores a cumprir a incansável missão de criar condições de adaptação para o bem das informações genéticas; estas, por sua vez, são transmitidas às gerações seguintes, garantindo o aperfeiçoamento, lento e gradual, mas seguro tanto ao bem individual quanto comunitário?

Enxergar tais belezas naturais não é florescer no jardim da consciência? Pois bem, não é hora de arar a terra da reflexão e plantar ideias que resultem em safras abundantes de ganho a que temos direito por herdarmos um universo inteiro de possibilidades?

Capítulo 1

A PRESENÇA DA JUSTIÇA

A mulher e as criadas

Uma viúva que trabalhava arduamente tinha por hábito acordar suas jovens criadas com o canto do galo para a lida. Cansadas de tanto trabalhar sem trégua, as criadas resolveram matar o galo: achavam que a razão de toda sua desgraça era ele, que acordava a senhora antes de o dia nascer. Qual nada! Morto o galo, o destino delas piorou ainda mais: pois a senhora, sem o galo e, conseqüentemente, sem seu relógio, as convocava ainda mais cedo.

Muito frequentemente nossas desgraças são o fruto de nossas próprias resoluções.

Esopo

A presença da justiça no passado e no presente

Convém considerar um ponto importante em relação à justiça. Ao analisar as sociedades mais antigas (sua organização e necessidade de controle sobre a população) deduz-se que, comparativamente às sociedades atuais, pouca diferença há. Mas chama a atenção sobre outras áreas, que, diferentemente, evoluíram de forma significativa, tal como a tecnológica.

Pode-se, a princípio, alegar que o homem teve bem pouco interesse em desenvolver a ética para praticar a justiça, haja vista existir uma fonte considerável de material existente há séculos à disposição para tal empreendimento.

De fato, o pouco interesse é capaz de explicar, em boa parte, a razão de a moral ter permanecido em planos inferiores em relação a outros campos; esses, por sua vez, por desejo do homem, foram priorizados demasiadamente, resultando grandes avanços.

Todavia, em tal análise é esquecido um aspecto determinante: a maneira pela qual se mantém em desenvolvimento um determinado campo.

A sucessão de cada salto tecnológico é realizada através de seus registros, investimento (incluindo-se o dinheiro) e da formação de sucessores que se desempenham, tanto para manter quanto para ampliar cada projeto. Observe a escala ascendente de certos produtos (remédio, automóvel, eletroeletrônicos, telefone etc). Pela sua interessada continuidade, o homem mantém a evolução de tais tecnologias. O conforto e o bem-estar são objetivos perseguidos vigorosamente pelo ser humano desde tempos longínquos.

Portanto, o foco da questão é a herança (os registros) que se transmite de pessoa a pessoa, incluindo-se na informação transmitida cada evolução possível, mantendo a escalada de ascensão de forma

permanente. É, comparativamente, igual a uma corrida de bastão, na qual, os seus atletas, bem motivados e preparados, buscam garantir a continuidade e, por força de seu treino e empenho constantes, conseguem bons resultados.

No entanto, quando se trata de outro campo, como o da ética, a coisa é diferente. Urge iniciar tal averiguação pelos fatos mais evidentes. A ética é sabidamente adquirida através da compreensão que a pessoa alcança através de suas aprendizagens, podendo variar entre a simples obediência às leis sociais e o estabelecimento de considerável consciência, ou o ethos -- o jeito de ser. Logo, a sua sequência no desenvolvimento (evolução) depende praticamente da vontade e do entendimento humanos. Daí decorre que, dependendo do tipo de sociedade (com maior ou menor nível de corrupção) e do período em que ela se contextualiza, a motivação e o entendimento acerca de se desenvolver a moral poderão estar enfraquecidos. E vale lembrar sobre o que muitas pesquisas da psicologia já revelaram: O ser humano busca com maior vigor o prazer (e nele pode estar contida a injustiça) do que o desprazer (a moral, que, comumente, causa trabalho e todo tipo de sacrifício).

Então, o exercício e o desenvolvimento da moral estão relacionados ao desprazer, e em condição de dependência direta ao interesse existente em uma dada sociedade, e, mais especificamente, ao ser humano em sua singularidade, pois, a prática moral é particular, embora ela possa influenciar a outrem.

E, ainda, com cada avanço obtido através do exercício moral (embora tenham sido poucos até o momento) é possível inferir que o que resulta hoje acerca do assunto é o acúmulo possível, e, resta-nos, portanto, desenvolver mais e oferecer um melhor legado aos demais.

Em suma, ainda que se perceba a moral de forma semelhante ao comparar as sociedades antigas e as atuais, há diferenças (poucas). E é

inadequado compará-las usando como referência o desenvolvimento tecnológico, pois ele está associado a um tipo de sequência evolutiva cuja motivação e compreensão demonstram ser suficientes à sua sustentabilidade. Ao contrário da moral, que necessita de maior esforço, visto ser pequeno o nível de desejo presente no homem em desenvolvê-la, e o desprazer que tal prática causa em incontáveis momentos.

O desenvolvimento tecnológico se encontra em um projeto de longa data. O desenvolvimento moral, basicamente, está circunscrito a um período ínfimo (em relação ao tecnológico): o tempo que durar a experiência de vida de uma pessoa.

Por fim, para estimular o desenvolvimento da justiça é preciso entender que são desconhecidos os ganhos que podem ser obtidos pela sua prática. Porém, é uma questão de trazê-los à consciência que, devidamente, se imporá à inconsciência por hora dominante.

A justiça elaborada

Em razão do objetivo aqui pretendido, é justo que se destaque, ainda que de maneira modesta, a simbologia existente na figura da justiça. Munida de grande sabedoria, Thémis (de acordo com a mitologia grega), é a figura que simboliza a justiça, considerada como a deusa de tal virtude. Ela criou as leis e é a guardiã dos juramentos dos homens. Mas é possível ainda, encontrar a representação da justiça através da filha de Thémis, Diké, de olhos abertos (nenhum pormenor poderá passar despercebido) e segurando uma espada (que representa a força, ordem, prudência e a consciência) e uma balança (equilíbrio, equidade, ponderação). Posteriormente, em Roma, a figura que representa a justiça é a deusa romana Iustitia, que se encontra com os olhos vendados (nivelar o tratamento acerca da justiça a todos oferecido).

A representação simbólica da justiça é cultuada até os dias presentes. Contudo, tais símbolos ainda não foram suficientes para inspirar nos homens o necessário desenvolvimento de ações justas. Mas podemos distorcer um bocado a compreensão acerca do que é justo ou injusto. Uma apreciação detalhada se faz essencial para que se resulte bom ânimo e consciência a respeito.

O fato de só enxergar injustiça em vários acontecimentos não significa que nos encontramos desprovidos de justiça. Ao contrário do que se crê, a justiça está presente. (Em boa parte das vezes.) A falta de consciência e o desejo imediatista nos confundem, levando-nos a concluir que a impunidade triunfa em muitos casos.

Observem-se as palavras do brasileiro Rui Barbosa (1849-1923): *De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.* O Desânimo acerca da injustiça pode apoderar-se daquele que apenas tiver tal perspectiva, fechando-se para qualquer outro tipo de análise, em uma espécie de cristalização de ideias, que, apenas lhe rouba a chance de romper com a mesmice estabelecida e arranca-lhe a oportunidade de se abrir a um novo tipo de horizonte a ser conquistado.

Pela nossa vontade resolveríamos as questões injustas imediatamente. Ali mesmo, no próprio local em que ela ocorre. Só nos esquecemos que todos, sem exceção, praticamos a injustiça. E, portanto, não estaríamos livres de tais punições imediatas, e muitas vezes, sem o devido direito à defesa. Talvez, pela raiva presente nos "carrascos", pudéssemos sofrer bem mais do que talvez merecêssemos. Quando a razão fica submetida à emoção, pouco se resta a fazer, a não ser controlar a situação com igual força ou aguardar os resultados de tal tipo de sorte. Já pensou no caso? É o que pretendaria para si?

Eis que, avaliar cada caso é um direito. De outra forma, a injustiça ultrapassaria o limite da própria injustiça julgada. Ninguém quer tal sina para si.

Nos casos em que o julgamento condena o réu à penitência dos atos cometidos, obtém-se justiça, praticada de acordo com as leis existentes na legislação a que se submete uma dada população. Para outros tipos de casos, nos quais não se aplicou a punição recomendada (em razão de o réu fugir, da lei assim o permitir, da impunidade deliberada etc), então, afirma-se que o culpado escapou ao castigo. De fato, é inquestionável tal observação. Porém, ela se restringe à justiça produzida pelos códigos que legislam nessa direção corretiva. Vê-se aqui, a tentativa de gerar causa e efeito mediante o rompimento do acordo estabelecido socialmente entre o estado e o povo.

O homem é o lobo do homem. É a guerra de todos contra todos. [...] E, nesta situação natural, ninguém se encontraria seguro, não fosse a criação de um estado social e uma autoridade política.⁴ O homem no fundo é um animal selvagem e terrível. Nós o conhecemos unicamente no estado subjogado e domesticado, denominado civilização: por isto nos assustam as eventuais erupções de sua natureza. Porém, onde e quando a trava e a cadeia da ordem jurídica se rompem, e se instaura a anarquia, se revela o que ele é.⁵ Para que uma sociedade subsista, é preciso que haja leis, como é preciso haver regras para cada jogo.⁶ Nossos instintos primitivos nos conduzem, ou a conceder a nós mesmos uma liberdade ilimitada, ou a procurar o domínio sobre os outros; e só a reflexão nos leva a sacrificar essas fortes paixões aos interesses da paz e da ordem pública. Basta um pequeno grau de experiência e de

⁴ HOBBS, Tomas. O Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Sumaré: Martin Claret, 2002 – p. 13, 14.

⁵ SCHOPENHAUER. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 252.

⁶ NASCIMENTO, Milton Meira. *Primeira filosofia. Lições introdutórias*. São Paulo: Brasiliense, 1985 – p. 276.

*observação para mostrar que é impossível preservar a sociedade sem a autoridade dos magistrados, e que a autoridade depressa passaria a ser desrespeitada se não se fizesse obedecer de maneira mais rigorosa.*⁷

Note-se, contudo, a limitação existente em tais condições: *Observam as máximas de justiça apenas como normas de conveniência, cuja observância é absolutamente necessária para a conservação da sua sociedade.*⁸

Desde a antiguidade as populações precisavam do controle e da ordem, que foram estabelecidos através de leis, tais como Os Dez Mandamentos obtidos por Moisés no monte Sinai. Ou na criação dos cargos de tribuno da plebe em Roma em 494 a.C. e instituídos os comícios tributais a fim de defender os direitos das classes menos favorecidas. E, pouco tempo depois, ainda em Roma, a promulgação das Leis das XII Tábuas datada de 451 a.C.⁹

De lá até os dias atuais (considerando-se a evolução pela qual passaram os inúmeros códigos que legislam os diferentes lugares de cada país; alguns, inclusive, se tornaram bastante complexos) vê-se a mesma necessidade de se fiscalizar o convívio social. Embora nos encontremos no Terceiro Milênio (denominação que sugere a existência um alto grau de evolução), ainda utilizamos o controle do Estado sobre o povo. As evidências assim o demonstram.

A justiça natural

Embora tal fato diga respeito ao nível de percepção de nosso próprio desenvolvimento atual, existe uma outra forma de se fazer

⁷ HUME. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 208.

⁸ LEIBNIZ. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 61, 62.

⁹ LIBERATI, Anna Maria. e BOURBON, Fabio. *Grandes civilizações do passado: A Roma antiga*. Fólio, 2007 – p. 26.

justiça em funcionamento, da qual ninguém escapa. Ainda que depositemos as nossas esperanças na justiça elaborada pelo homem (sem ela seria o caos), há uma justiça natural presente em cada ato de nossas vidas. Trataremos dela especificamente a seguir.

Logo, apesar de afirmarmos que a impunidade ocorra, e que, portanto, a injustiça vence, é apenas aparência temporária. É uma falta de consciência a respeito. *Podem existir recompensas e castigos naturais sem legislador; por exemplo, a intemperança é castigada pelas doenças. Todavia, visto que ela não prejudica a todos imediatamente, reconheço que não existe preceito que nos obrigue indispensavelmente, se não houvesse um Deus, o qual não deixa nenhum crime sem castigo, nem nenhuma boa ação sem recompensa.*¹⁰ Quem escapou de ser punido (todos nós “escapamos” em algum momento) provavelmente não revelará que depois sofreu alguma punição (considerada sem sentido, em razão de não relacionar um caso ao outro). O nexos causal não é considerado nesses casos em que não se enxerga o evento anterior, mas o fato é que ele é justamente o desencadeador do efeito que se experimenta em outra época posterior. Em um momento a pessoa age injustamente e pode escapar à devida correção elaborada. Em outro, contudo, ela sofre a punição natural, inexoravelmente. Porém, como não percebe a relação em tal sequência, quando sofre, sente-se injustiçada.

Por conseguinte, conclui-se que há a presença da justiça. Ou seja, mesmo que alguém escape a uma injustiça cometida, pagará por ela, inevitavelmente, algum tempo depois. Cumpre-se, portanto, devidamente a justiça. E a conhecida frase: *A justiça tarda mas não falha*, se revela imperativa. Mesmo nos casos em que a deficiência mental esteja presente, levando-se em conta o nível de compreensão

¹⁰ LEIBNIZ. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 68.

mínima existente. E, destaque-se que, para aquele que se encontra em nível, cada vez menor de eficiência em relação a sua capacidade de desenvolvimento, tanto mais difícil se torna a aplicação da justiça natural, que encontra barreira frente a tais circunstâncias das quais depende consideravelmente.

A fim de ampliar a ideia sobre a justiça natural, torna-se efetivo apresentar outra importante perspectiva: Ela faz provocar na pessoa a revisão dos conceitos que tem sobre justiça e convívio, levando-a, conseqüentemente, à mudança e ao aperfeiçoamento. Ela não tem o caráter puramente punitivo. É antes um bem do que um mal. Sócrates (470-399 a.C.), concluiu: *O castigo nos deixa mais prudentes e justos, atuando a justiça como a medicina da maldade. A pena merecida para quem recebe castigo, quando é punido com justiça; é tornar-se melhor e tirar algum proveito com o castigo, ou servir de exemplo para outros, a fim de que estes, vendo-os sofrer o que sofrem, se atemorizem e se tornem melhores.*¹¹ *Com efeito, a excelência moral relaciona-se com prazer e sofrimento; é por causa do prazer que praticamos más ações, e por causa do sofrimento que deixamos de praticar ações nobres. Por isso, deveríamos ser educados desde a infância de maneira a nos deleitarmos e de sofrermos com as coisas certas; assim deve ser a educação correta.*¹²

A prática da justiça é, pois, uma importante oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento para o ser humano. Equivale dizer que, ao fugirmos dela, perdemos a chance de crescer e sermos melhores, e, ao encará-la devidamente, amplia-se a possibilidade de evoluirmos. Mas somente a consciência acerca de tais aspectos pode nos provocar a repensar profundamente sobre a questão e tomar novos

¹¹ PLATÃO. *Górgias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 – p. 76.

¹² ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. São Paulo: Martin Claret, 2003 – p. 43.

caminhos, mediante o estágio em que nos encontramos neste exato momento.

Pretende a justiça natural, ainda, servir de guia àquele que dela tomou consciência, encurtando alguns trechos da jornada do amadurecimento. Com o desenvolvimento de tal compreensão e da atuação baseada na conduta justa, é possível prever (em parte que seja, e em crescimento gradativo) o porvir das coisas. *Se um homem aplica o seu coração no caminho da benevolência, ele estará livre do mal.*¹³

Em outras palavras, sabe-se que pode colher determinado fruto em razão de possuir a certeza de tê-lo plantado. Não se engane aquele que pensa poder plantar uma coisa e colher outra por engano. A natureza é segura e inequívoca a esse respeito.

Ter maior previsibilidade traz conforto e segurança, pois, embora o futuro seja imprevisível em boa parte, somos nós que o construímos a partir do que pensamos e fazemos. Logo, devemos nos questionar individualmente: O que pretendo para mim doravante? O que pretendo para os outros?

¹³ CONFÚCIO. *Os analectos / Confúcio*. Porto Alegre: L&PM, 2007 – p. 77.

RESUMO

É inadequado comparar os avanços obtidos no campo da justiça e da tecnologia (esses últimos estão relacionados à motivação, ao prazer e a continuidade de projetos que se transmitem através de registros). Ao passo que, a moral e a justiça se desenvolvem através de sacrifícios e desprazer (imposições de fora para dentro), além de terem um reduzido tempo para o seu desenvolvimento, até alcançar o jeito ético de ser, de dentro para fora. Enxergar apenas a injustiça existente no cenário social não é prova suficiente de que a justiça não coexista, muitas vezes, na mesma situação considerada injusta. O desenvolvimento da consciência a este respeito é o que pode determinar a percepção da presença da justiça no convívio social. A inconsciência acerca da justiça nos impele a querer executá-la com as próprias mãos. Mas tal fato redundaria em injustiça. Nos parece evidente a necessidade de existir o controle social para conter o homem em sua expressão mais primitiva, porém domesticada (em parte). Embora exista a impunidade temporária, ocorrem eventos posteriores a tudo o que fazemos (causa e efeito), e, apesar de não os relacionarmos entre si, eles demonstram existir. E, tanto nos casos de justiça criada pelo homem quanto de justiça natural, o sofrimento resultante da punição é uma maneira de direcionar o homem a se dirigir ao caminho do desenvolvimento e do bem-comum.

Capítulo 2

A JUSTIÇA NATURAL

O caçador e a serpente

Um caçador partiu para a caça levando visco e algumas ramagens. Viu então um tordo numa árvore e quis pegá-lo. Colocou os ramos uns sobre os outros e, sem desgrudar os olhos do pássaro, nem percebeu que pisara numa serpente. Esta se retorceu e destilou seu veneno. Ferido de morte, o caçador exclamou:

- Pobre de mim, que, ao perseguir minha presa, não vi que a morte estava nos meus calcanhares.

Quem põe armadilha para os outros termina sendo sua primeira vítima.

Esopo

Embora se possa crer na existência de uma justiça natural, tal crença desaparece facilmente quando nos deparamos com diversas impressões sociais que contrariam a sua existência. Os meios de comunicação noticiam sistemática e permanentemente um sem número de injustiças. (Tornou-se popular e atraente tratar acerca do assunto.) Logo, a impressão que se tem é assustadora, e não é para menos. Ela é real, mas desencoraja aqueles que se atrevem a fazer oposição e analisar o fenômeno por outro ângulo. É uma luta desigual em relação ao acontecimento verdadeiro e a sua possibilidade de melhora, ainda mais que demanda reflexão, esforço e transformação por parte de cada um. É um desafio sem precedentes. Mas vale a pena empreendê-lo.

A justiça e a experiência de vida pessoal

Para avançar nesse tipo de caminho é preciso tomar contato com o conhecimento e meditar acerca das experiências ao longo da vida, na tentativa de estabelecer o sentido necessário sobre punição e justiça. A história pessoal tem o registro de vários acontecimentos que podem levar o ser humano ao entendimento das razões de se ter experimentado determinadas circunstâncias, tanto agradáveis quanto desagradáveis. Pois, devem-se considerar as coisas ruins e também as boas na hora de avaliar a justiça natural. Assim, será possível corroborar a ideia de que a justiça natural é soberana em toda e qualquer situação.

A justiça potencial

A análise inicial focalizará a presença da justiça natural como algo peculiar, presente de forma potencial, e não distante. Recordemo-nos das palavras de Tomás de Aquino ao propor que a ordem moral reside

no ser humano através da essência divina presente. E, ressalte-se ainda: A ideia de Deus está impressa no homem, como a marca do obreiro em sua obra.¹⁴ Ou seja, havemos de considerar a existência de um ser superior dotado de justiça, e que provê as suas criaturas de tal essência (dentre tantas outras). Deve-se, no entanto, tornar claro que, como criaturas é preciso desenvolver o legado de justiça. *O que é inato, nem por isso é logo conhecido clara e distintamente: necessita-se por vezes muita atenção e ordem para percebê-lo, sendo que as pessoas de estudo nem sempre o atingem, muito menos qualquer criatura humana.*¹⁵ Somos seres em permanente desenvolvimento. Não viemos ao mundo como produtos acabados. Ao contrário, é pela evolução que alcançamos cada benefício potencial em nós existente.

Justiça, injustiça e consequências

*Nasce o castigo no momento mesmo em que nasce o pecado.*¹⁶ Tal proposta se originou há vinte e sete séculos e pode ecoar com vigor atualmente, se levarmos em conta que a injustiça convive nas sociedades, e as faz se movimentar em busca da justiça. É uma busca constante e ativa cada célula do homem que desperta para o seu crescimento, e provoca aquele que ainda vê nas trevas do desconhecimento a única maneira de conviver com os demais. A frase de Hesíodo pode ser comparada pela máxima de Platão, citado por Montaigne: *O castigo segue de perto o pecado.*¹⁷ Como é possível caber tanto em tão pouco?! Cada pequena frase dessas contém um universo de conhecimento. É a síntese de percepções a respeito da atuação da justiça. *Para ter sempre à mão uma bússola segura, para a orientação*

¹⁴ DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 – p. 80, 81.

¹⁵ LEIBNIZ. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 68.

¹⁶ MONTAIGNE, Michel. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 317.

¹⁷ idem.

na vida, e para observar esta sempre à luz apropriada, sem jamais se enganar, nada se presta melhor do que o hábito de considerar este mundo um local de penitência, e portanto também uma instituição penal.¹⁸ Deus autoriza o sofrimento porque este é necessário para a produção de um Bem Superior: Experimenta-se suficientemente a saúde, sem nunca se ter estado doente? Não é preciso que um pouco de Mal torne o Bem sensível, isto é, maior?¹⁹

Então, é momento de indagar: Tais afirmações fazem sentido se aplicadas à sua experiência de vida? Já passou por situações em que causou algum mal e escapou de ser punido? Teve de pagar por situações semelhantes algum tempo depois? A punição lhe pareceu injusta em um primeiro momento? Chegou a relacioná-la ao mal praticado anteriormente? Continua se sentindo injustiçado a este respeito? Pense em outros acontecimentos. Bons ou ruins. Há momentos em que somos tomados de surpresa mediante tais condições. No entanto, será que poderíamos tê-las esperado naturalmente? É justo pagar por aquilo que se fez? E se tal feito ocorreu há certo tempo e somente depois ele se processou e resultou em ajuste corretivo? Há prescrição do castigo pelo tempo decorrido? Cumpre-se, a qualquer hora, corrigir os nossos erros?

O mau não tem onde se esconder, porque não tem certeza de estar escondido, pois que a sua consciência o denuncia a si próprio: "o primeiro castigo do culpado está em não poder absolver-se a seus próprios olhos."²⁰ Então? É certo que, mesmo que ninguém descubra o que fizemos, há uma testemunha da qual nunca se escapa: nós mesmos. Estamos fadados à constante observação da nossa consciência. (Ela varia em graus, conforme o nível de desenvolvimento

¹⁸ SCHOPENHAUER. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 287.

¹⁹ LEIBNIZ. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 12.

²⁰ MONTAIGNE, Michel. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 317.

de cada pessoa.) Por certo que, hipoteticamente, se estivéssemos em avançado estágio de evolução, dispensaríamos alguns mecanismos elaborados sobre controle e ajuste, tais como o policiamento e o encarceramento, tendo em vista a possibilidade de existir em nós um dia um avançado autocontrole, baseado em notável grau de consciência. Mas se não alcançamos tal estatura, caminhemos em sua direção. É a nossa missão por hora.

*Tal o efeito maravilhoso e irresistível da consciência, obriga-nos a nos denunciarmos, a combatermo-nos a nós mesmos e, na ausência de outra testemunha, depõe contra nós: servindo ela própria de carrasco e fustigando-nos com látigo invisível. O mal recai em quem o faz.*²¹

Supimpa! Novamente pode-se encontrar a reflexão de que a nossa consciência serve para nos regular, semelhantemente a um promotor de justiça e também a um juiz que condena mediante as provas irrefutáveis (os atos cometidos). Eis um novo momento de se perguntar: É possível enxergar a presença de justiça com tais propostas? A sua experiência revela algum tipo de autopunição sofrida? Você já sentiu que não deveria ir a um determinado lugar porque seria ruim, e mesmo assim se encaminhou a ele? Questionou-se depois? A respeito das razões que o levaram a se dirigir para o sofrimento. Por que nos atiramos a certos desprazeres (punições) se podemos “antevê-los”? E ainda, que motivos levam a muitos ladrões e assassinos a deixarem para trás o seu rastro? (Impressões digitais, pegadas, bituca de cigarro, garrafa de bebida, contatos registráveis em conta telefônica, uso de folha de cheque e cartão roubados (localizáveis), retornar ao local do crime sem necessidade aparente, voltar para sua própria residência, procurar por conhecidos, permanecer na região de moradia (bairro, cidade), frequentar locais habituais como bares e supermercados etc.)

²¹ Idem – p. 317.

Será que a partir de tal análise é possível considerar que praticamos a justiça em nós mesmos por causa da injustiça causada anteriormente? É claro que para algumas circunstâncias podemos até antevê-las, mas para outras, contudo... Não nos faz pensar que se pudéssemos enxergar todos os efeitos (ou boa parte deles) por nós causados, nos encontraríamos em alto nível de consciência? E mais, nessa condição melhorada, já não teríamos tido maior controle sobre os nossos atos a fim de que se resultasse colheitas bem mais interessantes?

A religião e a justiça

É notória a presença da justiça em antigos livros sagrados, e, por tal fato, vale a pena enriquecer este trabalho com alguns trechos selecionados, tais como a passagem bíblica (Colossenses: 3:25): *Quem faz injustiça receberá em troca a injustiça feita, e nisto não há aceção de pessoas*. E, em Mateus 26:52: *Então Jesus lhe disse: Embainha a tua espada, pois todos os que lançarem mão da espada à espada morrerão*. Ou, em Mateus: 5:44: *Eu, porém, vos digo: Amai aos vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem*. Ou ainda, em Mateus: 22:39: *Amarás o teu próximo como a ti mesmo*.²² E com os versículos 7 e 8 da 99ª Surata: *Quem tiver feito o bem, quer seja do peso de um átomo, vê-lo-á; E quem tiver feito o mal, quer seja do peso de um átomo, vê-lo-á*.²³ Considere-se aqui devidamente a dimensão religiosa e a percepção de justiça e recompensa presentes há longo tempo, tanto identificados na Bíblia quanto no Corão.

Na antiga Pérsia (século VII a.C.), Zoroastro, ou conhecido também como Zaratustra, filósofo árabe, *ensinava existir um único*

²² BÍBLIA SAGRADA. Trad. Por João Ferreira de Almeida. Flórida: Vida, 1995.

²³ ALCORÃO SAGRADO. São Bernardo do Campo: MarsaM, 2004.

*deus, princípio do Bem: Ahura Mazda. Presente na mente de cada homem, ele luta constantemente contra Arimã, o princípio do Mal. Cabe a cada um agir corretamente para a vitória final do Bem.*²⁴

É, ao agrupar tamanha sabedoria em poucas linhas, um momento especial de se rever a própria postura diante do tipo de convivência social existente. É ainda uma forte razão para refletir profunda e honestamente para tocar no ponto interior onde se encontra a essência da justiça. Pois, somente quando fizer sentido é que o ser humano despertará para novos horizontes, especialmente em relação à justiça.

As religiões ou as doutrinas sempre influenciaram os seus fieis acerca da culpa e da punição, retratando, dessa forma, as possibilidades de se fazer justiça e tentar manter o convívio entre as pessoas. Em vários casos, tal influência age decisivamente, levando o pecador ao arrependimento, ou, a pelo menos, pensar a respeito. Em boa parte dos livros sagrados encontram-se avisos de cautela e indicações claras sobre como devem ser os comportamentos agradáveis ao convívio e ao desenvolvimento espiritual. Espera-se, tendo em vista os ensinamentos e a ação dos líderes religiosos, que a boa conduta deva ser aprendida e difundida aos demais que se mostrem abertos à mudança. Embora não seja uma tarefa de fácil execução, a pregação sobre as virtudes e a construção do caminho justo, tem sido uma rotina permanente e até obstinada a de muitos religiosos a pregação do conhecimento sagrado, cuja finalidade é a de converter. Senão, a de arrebanhar, na esperança de que um dia ocorra a transformação.

A importância de se compreender a justiça e dela agir na prática dos hábitos necessários, que, nas escritas religiosas, há muitos trechos especialmente dirigidos a tal fim: *Sl 45:7 – Amas a justiça e odeias a iniquidade; por isso Deus, o teu Deus, te ungiu com óleo de alegria*

²⁴ HISTÓRIA DA FILOSOFIA. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 11.

*como a nenhum dos teus companheiros. Is 11:5 – A justiça será o cinto dos seus lombos, e a fidelidade o cinto dos seus rins. (Is 42:6). Is 59:16 – Viu que não havia ajudador algum, e maravilhou-se de que não houvesse um intercessor; pelo que o seu próprio braço lhe trouxe a salvação, e a sua própria justiça o susteve.*²⁵

Em cada afirmação encontrada acerca da justiça, lê-se uma promessa de recompensa e de bem-estar. Em cada trecho um convite para crer, mudar e melhorar. A força presente na instrução religiosa é um conforto para quem nela se apóia a fim de ter uma conduta e uma resposta ao esforço empreendido na direção do bem.

Coube ainda à filosofia promover opiniões a respeito de Deus e de suas leis. *Por lei divina entendo a lei estabelecida por Deus com vistas às ações humanas, que lhes é promulgada pela luz da natureza ou pela voz da revelação. Julgo que ninguém é a tal ponto obtuso para duvidar que Deus tenha fornecido uma regra pela qual os homens devem se orientar.*²⁶

Embora Locke defendesse a ideia de que não existem princípios inatos, contrariando outros autores, ele reconhece a existência de leis divinas para a regulação da convivência humana, que conseguem chegar até o homem.

²⁵ BÍBLIA VIDA NOVA. Traduzida por João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1988.

²⁶ LOCKE. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2005 – p. 135.

RESUMO

Acreditar na existência da justiça natural não garante que se sustente tal crença, especialmente pelo fato de nos depararmos com incontáveis notícias que sugerem a prevalência da injustiça. Para desenvolver a consciência acerca da justiça natural é preciso refletir a respeito das próprias experiências pessoais, na tentativa de conectar eventos anteriores (bons e ruins) a eventos posteriores, numa relação de causa e efeito. Conhecer o assunto com maior propriedade permite também que se analise cada caso com maior propriedade. Mas, é, claramente, uma experiência interior e solitária. A justiça natural existe no ser humano na condição inicial de essência, e, para que ela ecloda, é preciso haver significância a partir da reflexão feita das experiências pessoais e deve-se exercitá-la a fim de se obter ainda mais consciência a seu respeito. Deve-se considerar que para cada injustiça cometida, segue-se a geração do castigo equivalente, oferecendo, dessa forma, uma ação justa que será aplicada em um dado momento.

Capítulo 3

VÍTIMA OU RESPONSÁVEL?

As abelhas e Zeus

Ciosas de seu mel, as abelhas resolveram escondê-lo dos homens. Foram até Zeus e lhe pediram a força necessária para matar a ferroadas os que se aproximassem de seus favos para beber o mel. Mas aquela maldade desagradou a Zeus. Ele as castigou então da seguinte forma: sempre que ferroassem alguém, perderiam o ferrão e a vida.

A pessoa perversa chega ao ponto de fazer o mal a si mesma.

Esopo

É salutar expandir as possibilidades de se pensar e compreender a justiça praticada e recebida por nós propondo a questão: Nós somos vítimas ou responsáveis das circunstâncias pelas quais passamos atualmente?

*A maioria das pessoas não se dá conta de que tanto o auxílio como o prejuízo pessoais vêm de dentro de nós mesmos. E olham para o exterior fascinadas pelas aparências. As pessoas sábias, porém, percebem que somos a fonte de tudo o que é bom ou mau para nós. E, portanto, não costumam culpar ou acusar os outros de coisa alguma.*²⁷

Em diferente análise, observe-se também um forte movimento que fez modificar a maneira de sair da passividade e propor a entrada à atividade relacionada à responsabilidade dos atos pessoais. Além de outras questões como o humanismo, o racionalismo e o rigor científico, propostos pelo Renascimento (cujo início se deu no século XVI), uma ideia central e revolucionária foi a de separar o homem da grande ordem do universo. Sendo assim, as pessoas encontravam-se, dali por diante, convidadas a repensar, e a se tornarem o centro da vida (antropocentrismo): *O homem, e só ele, é responsável por seus atos, perante sua consciência e a divindade.* Ou ainda, nas palavras de Leonardo da Vinci (1452-1519): *O homem é o modelo do mundo.*²⁸ Diferentemente da época anterior conforme a cultura medieval, na qual Deus era o centro (teocentrismo).

Dou ênfase em tal demanda em razão de comumente ouvir muitas pessoas alegarem serem vítimas do acaso. Elas não se cansam de propagar a sua sorte aos que lhes escutam. (Aliás, fazem de tal afirmação um emblema em sua vida.) Ressaltam que o destino é assim mesmo, um causador de incontáveis problemas. Alegam que a sua sina

²⁷ EPICTETO. A arte de viver: uma nova interpretação de Sharon Lebell / Epicteto. Rio de Janeiro: Sextante, 2006 – p. 61.

²⁸ HISTÓRIA DA FILOSOFIA. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 128, 130.

é a permanente tristeza. São, praticamente cassadas o tempo todo. A sua pergunta usual é: O que eu fiz para merecer esta ou outra situação?

A influência através dos relacionamentos

Ressalva-se, contudo, que é preciso avaliar a maneira pela qual cuidamos de nossa vida. Então, é essencial perceber que, por força dos resultados obtidos na relação causa-efeito nós somos submetidos às suas consequências, considerando-se as atrações interpessoais pertinentes. Isto é, nos relacionamos com determinadas pessoas durante um período de nossa vida, podendo, se houver interesse, mudar, e nos aproximarmos de outras. Portanto, o tipo de rede de relacionamento existente é resultante da consciência (equivalente) que possuímos.

Observa-se que pessoas de consciência moral forte têm dificuldade de se relacionar com outras de caráter duvidoso, e vice-versa. O que se analisa aqui são as diferenças e semelhanças existentes entre as pessoas, e, portanto, a Lei de Atração presente em tais relacionamentos, sobretudo aquelas que resultam do nível de consciência sobre a justiça. Porém, sabe-se que as diferenças também atraem, em razão ser interessante, inconscientemente, ter no outro aquilo que nos falta em determinado grau. É como se pudéssemos adquirir através da relação.

Cumpra-se acrescentar neste estudo, os relacionamentos amorosos, pois eles também dizem respeito, em parte, ao grau de inconsciência e consciência entre os pares. É difícil a convivência entre um casal quando existem diferenças grandes, especialmente as que se relacionam ao tipo de conduta moral. Tais fatores podem explicar algumas razões a respeito dos efeitos a que somos submetidos devido às causas que originamos através de nossas escolhas. Se nós

avancamos na escalada da consciência acerca da justiça, desejamos nos relacionar com pessoas que possuam similaridade (faz parte das condições de se obter prazer no convívio). Portanto, por outro lado, nós desejamos, coerentemente, se distanciar daqueles que agem contrariamente, ou seja, injustamente. Por tal razão, conforme o tipo de pessoa com quem nos relacionamos, nos expomos a maiores ou menores riscos de sofrer justiça ou injustiça, haja vista todos nós estarmos sujeitos às escolhas e ações empreendidas pelos outros. Assim, somos responsáveis pelos nossos atos e pela escolha das pessoas que integram e interagem no circuito de convivência. Atraímos e somos atraídos. Influenciamos e somos influenciados pela convivência.

O Autoengano

Porém, ao se questionar acerca de ser vítima ou responsável, urge considerar uma tendência tipicamente humana: enganamo-nos a fim de não sofrer pela crítica a que somos expostos. Refiro-me ao autoengano. Ele é capaz de nos induzir a conclusões que mais nos agradam, em detrimento daquelas que nos incomodam. Dessa forma somos tentados a amenizar as deficiências e, assim, nos acomodamos com os resultados obtidos em tal análise. Corre-se o risco ainda de se apelar para a autopiedade, que é um dos piores inimigos existentes dentro do ser humano. Quando recorremos a ela nos atiramos ao chão das desgraças e nos posicionamos como pessoas completamente incapazes. Com o passar do tempo passamos a acreditar que somos impotentes. Alimentamo-nos de tal ideia até ela nos consumir. Ter uma autoestima equilibrada é o que precisamos para sobreviver e crescer. Piedade sobre si mesmo é um verdadeiro atraso de vida.

Porém, embora possamos estar interessados em empreender uma autoavaliação nesse sentido, caímos na rede do autoengano, tecida pela

nossa vaidade, cuja proteção é criada de maneira a dificultar a exploração da verdade em sua aparência mais horrenda. Falseamos a pesquisa que realizamos sobre nós, alterando os dados. Mexemos os pauzinhos e obtemos o que queremos no final. Todavia, nos prendemos a mais um período de marasmo e de pouco desenvolvimento. Deixamos de lado a oportunidade de crescer. Iludimo-nos e nos atrasamos na escalada da evolução a que temos direito. É ruim. Mas é superável! Acrescento ainda: Há mais mistérios dentro do homem do que fora dele. Não é inteligente, portanto, procurar a responsabilidade e o desenvolvimento onde não se pode achá-los. Pois tal fato é desperdício. Tudo, finalmente, é uma questão de tempo. Mais cedo ou mais tarde teremos de encarar as questões mais reservadas, e na inevitável intimidade, a consciência imporá a sua luz até mesmo nos cantos mais despercebidos. Ninguém escapa a si próprio.

Medo e conveniência

O adulto pode se assemelhar a uma criança quando acuado, com medo por ter de responder aos seus atos injustos. O pavor de receber um castigo lhe faz reduzir o uso da razão. Então ele mente ao se considerar inocente, ou ainda, ao levantar suspeita ou acusar alguém indevidamente. Assim o faz na tentativa de escapar àquilo que tanto temia na sua infância: a punição. Se for preciso, ele chora, implora, dramatiza ao máximo a cena de inocência a fim de sensibilizar aos que o veem como alguém condenável, buscando, com isso, demover de seus inquiridores qualquer possibilidade de acusação que possa recair sobre ele. A sua infantilidade é de tal forma real, que o faz agir realmente como uma criancinha assustada. E, em tal condição, comporta-se semelhantemente, produzindo um efeito sensibilizador pela imagem percebida, do qual, as pessoas ao seu redor podem vir a se compadecer,

chegando mesmo a acreditar na farsa. Quem não se sente tocado ao ver uma criança choramingando e com o olhar terno, à espera de uma reversão no caso que a incrimina? Ou seja, da dureza a leveza. Do afastamento ao acolhimento. Da culpa a inocência. Somos tomados de compaixão em vários momentos da vida. Do contrário, nunca poderíamos desenvolver o perdão. Tal seria a nossa sina. Pobre, e de rara evolução, pois, não perdoar o outro, implica, naturalmente, em não perdoar a si próprio. Seria uma das mais brutais sentenças a que estaríamos submetidos.

No entanto, pela rica e necessária capacidade de perdoar, somos movidos por tal sentimento mediante as situações tanto verdadeiras quanto falsas. Em razão de não enxergarmos a verdade em tudo o que ocorre nesta vida, somos enganados e enganamos também. Tal circunstância diz respeito ao nível de evolução em que nos encontramos atualmente e, de forma gradual, encontrará o seu oportuno desenvolvimento, como a justiça natural presente em nós.

Portanto, o ser humano age convenientemente, de acordo com os seus interesses, tal como nas situações comuns, nas quais, se mostra adulto e civilizado. Todavia, quando é preciso responder responsabilmente pelos atos cometidos (poucos permanecem na postura adulta, que é temporária, na verdade), corre para qualquer lado que lhe ofereça um esconderijo seguro (mentir, deixar de frequentar um determinado lugar, não falar com certa pessoa, se ausentar por qualquer motivo, etc). Lá, aguarda até que a poeira se assente e possa retornar ao cenário comum (para tantos, à sua encenação no teatro adulto). Contudo, embora possa escapar ao castigo alheio, não encontra reduto, onde quer que esteja, que possa lhe proteger de si mesmo. Conforme o grau de desenvolvimento de sua consciência (basta um pouco apenas para disparar o conflito e a autocorreção punitiva), cedo

ou tarde ele mesmo se encaminhará para a autocondenação a que faz jus.

Há um juiz determinado a perseguir e impor a sua justa determinação: a pessoa não escapa de si própria. E quando é pega e sofre as consequências justas, acha-se em desvantagem e injustiçada. Logo, fugir, apenas retarda ou impede a punição de terceiros, mas não a de sua consciência. Na prática, equivale a dizer que se foge de si mesmo, na vã tentativa de escapar ao inescapável, pois, uma vez registrado pelo psiquismo, não é possível reverter o estado da consciência, retrocedendo-a a níveis inferiores. Parece simples, mas vale enfatizar que, somente ao tomar contato com tais ocorrências (pensando sobre elas) é que podemos obter o sentimento de que houve significado. Somente estabelecendo conexão entre os eventos de causa e efeito em nossas vidas é que se pode despertar das condições mais inconscientes para as conscientes em maior plenitude. Pergunte-se: Estou disposto a tal tentativa? Pelo menos de se avaliar?

Por outro lado, nos casos em que houver uma forte determinação de se autoanalisar, a fim de constatar se é vítima ou responsável das circunstâncias pelas quais se passa na vida, as chances de encontrar as respostas mais justas aumentam. E com o tempo é possível fazer de tal atitude um hábito, conquistando uma boa visão (maior consciência) a respeito. Para exemplificar, recorrerei a uma conversa que registrei em um artigo já publicado, com o mesmo título deste capítulo.

Nível de consciência sobre a justiça

Ao conversar com o vigia de uma instituição percebi a sua compreensão sobre o sofrimento a que são submetidas as pessoas durante a vida. Ele disse que sofria de dores pelo corpo e que elas eram resultado de seus excessos anteriores. Contou ainda, que, não sentia

pena das outras pessoas quando as via sofrer, pois entendia que as suas aflições eram resultantes das coisas que haviam feito, de acordo com o que compreendera em sua experiência. E, finalmente, acrescentou: *Deus não castiga a gente. A gente é que se castiga pelo que faz.* Percebi que ele se expressava calma e seguramente cada uma de suas afirmações. Vi nele um homem que conquistara uma boa dose de consciência. Não sei que caminho percorreu para alcançá-la, mas a uma altura de sua vida encontrou-se consigo mesmo e concluiu que temos responsabilidade sobre o que fazemos.

É aqui que devemos ponderar novamente: Assumimos as responsabilidades daquilo que cometemos ou fugimos temerosos? Acreditamos que somos vítimas de nos encontrarmos na situação atual? Cremos que não temos nada a ver com os resultados hora existentes? Por que, para atingir alguns objetivos, empregamos motivação e intervenção, até conseguir alcançá-lo? Damos um jeito na coisa. Esforçamo-nos e fazemos qualquer coisa para fazer dar certo. E para o restante? (Um determinado emprego, estudo, crescimento profissional.) Quando nós interferimos pouco, o resultado é mirrado também. Daí, então, elas são fruto do destino? Ele quis assim? Por que precisamos nos enganar tanto? O autoengano nos prejudica. É a nós mesmos que tapeamos, e, conseqüentemente, impedimo-nos de evoluir.

RESUMO

Quando sofremos por determinadas situações nos questionamos sobre se é justo receber tais "injustiças". Posicionamo-nos comumente como vítimas delas. No entanto, ao considerarmos que podemos estar recebendo a consequência de algo que causamos anteriormente, o quadro muda e, de vítima, passamos a responsável. Tal análise só é obtida através do desenvolvimento da consciência acerca da justiça natural. Sem ela, ficamos à mercê da nossa inconsciência e, conseqüentemente, das crenças que criamos a respeito de sofrermos injustiças. É uma forma de autoengano a que recorremos pela vaidade e para afastar qualquer possibilidade de culpa e sofrimento, além de nos abstermos à responsabilidade. Por outro lado, do ponto de vista consciente, ao fugir da punição devida, o adulto se assemelha a uma criança com medo de ter de responder aos seus próprios atos, levando-o a se atrasar em seu desenvolvimento. Porém, cedo ou tarde, tanto consciente quanto inconsciente, somos punidos pelo que causamos, ou somos recompensados pelo bem que fazemos.

Capítulo 4

A AUTOPUNIÇÃO

O cavalo e o asno

Um homem tinha um cavalo e um asno. Um dia, quando caminhavam juntos por uma estrada, o asno disse ao cavalo:

- Se minha vida te importa, leva um pouco de meu fardo.

Mas o cavalo não se deixou levar pela conversa e o asno caiu morto. O dono então pôs toda a carga nas costas do cavalo, inclusive os despojos do asno morto. E o cavalo pôs-se a lamentar seu destino aos brados:

Como sou infeliz! Que triste destino o meu! Não quis levar uma parte da carga do asno e agora estou levando tudo em dobro, e como prêmio a pele do outro.

Esopo

Conhecimento sobre a justiça

Compreender a atuação da justiça é uma maneira de nos levar à reflexão e gerar significado interno, para, então, ela se incorporar, natural e legitimamente em nosso cotidiano. Logo, o maior número de impressões a respeito do assunto pode ser útil àquele que explora o tema.

Ao pesquisar sobre a justiça encontraremos alguns pensadores que se consagraram a respeito do assunto: *Não emendar a si próprio quando se errou é errar, de fato.*²⁹ *A si mesmo o homem faz mal, a um outro o mal fazendo: para quem a intenta a má intenção malíssima é.*³⁰ Eles se dedicaram a tornar inteligível e, portanto, acessível à compreensão, das várias particularidades existentes na justiça, ao dissecá-la e estudar cada parte possível. As suas contribuições atravessaram os séculos, e hoje, na era da informação, é possível encontrá-las com certa facilidade. Diferentemente de épocas anteriores, cuja dificuldade poderia culminar no impedimento desse tipo de leitura, dada a distância entre o leitor e a obra, além do limitado número de material disponível. Sem, contudo, criar justificativa para que ocorra a esquiva mediante a justiça necessária, a exemplo da passagem bíblica de Romanos: 2: 14,15: *Quando os gentios, que não têm lei, fazem naturalmente as coisas que são da lei, não tendo eles lei, para si mesmos são lei. Eles mostram a obra da lei escrita em seus corações, testificando juntamente a sua consciência, e os seus pensamentos, quer acusando-os, quer defendendo-os.*³¹ Portanto, na atual condição, bastam alguns cliques, via internet, para se alcançar o mundo. Aqui, em particular, destaco o tema justiça. É o interesse do pesquisador que o tornará mais

²⁹ CONFÚCIO. *Os analectos / Confúcio*. Porto Alegre: L&PM, 2007 – p. 141.

³⁰ HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. São Paulo: Iluminuras, 2006 – p. 41.

³¹ BÍBLIA SAGRADA. Trad. Por João Ferreira de Almeida. Flórida: Vida, 1995.

conhecedor, reflexivo e sábio. Cumpre analisar se a tríade saber, querer e fazer se encontra presente na pessoa, a fim de gerar resultados importantes. Depende de você!

É oportuno lembrar que o tema justiça está presente em vários comportamentos humanos, especialmente no que se refere ao arrependimento de certos atos praticados. Nas palavras de Aristóteles: *Com efeito, o homem que fez alguma coisa por ignorância e não sente nenhum pesar pelo que fez, não agiu voluntariamente, pois não sabia o que fazia, nem tampouco involuntariamente, visto que isso não lhe causa pesar algum.*³² Todavia, a consciência pode estar presente.

A autopunição consciente

O sentimento de culpa consciente pode perseguir e atormentar algumas pessoas até que seja cessado somente pela punição absolvidora. Exatamente como ocorre no romance Crime e Castigo³³ do escritor Dostoiévski, no qual, o personagem central, Raskólnikov, é perseguido pela memória de seu crime, cuja confissão e arrependimento levam-no a redenção. Em tais casos, há a consciência, além da necessidade punitiva autoimposta.

Porém, apesar de ser possível alguém se encaminhar ao arrependimento, é comum ouvir das pessoas uma frase já desgastada, de forma mecânica e repetitiva: *Não me arrependo pelo que fiz. Eu me arrependo somente pelo que deixei de fazer.* Excetuando-se as coisas boas praticadas (embora possamos fazê-las cada vez melhor), evidentemente, as outras, ruins, são merecedoras de arrependimento, para o próprio bem de quem as executou. Não é na falta de

³² ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. São Paulo: Martin Claret, 2003. – p. 58.

³³ DOSTOIÉVSKI. *Crime e castigo*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

arrependimento que a redenção se faz presente, mas no seu real e honesto reconhecimento. Não obstante, além dos aspectos conscientes, existem outros inconscientes.

É interessante acrescentar, em breves linhas, a ideia de um programa televisivo, cuja finalidade é a autojustiça consciente. De maneira fictícia e divertida é possível observar a busca pela justiça dos atos injustos cometidos na série cômica e popular norte-americana "My name is Earl" (Meu nome é Earl). Os episódios retratam a vontade consciente de Earl em "limpar" as coisas ruins que fez desde a sua infância. Ele escreveu as várias injustiças realizadas em uma lista, a qual serve de guia para localizar, uma a uma, as suas vítimas e lhes oferecer o devido reparo. Earl acredita que, ao consertar os erros (que se transformaram em seu karma), poderá se beneficiar de coisas boas decorrentes. É reflexivo o fato de ter-se criado tal programa para a população. Constatou-se consideráveis picos de audiência em tal programa. Sendo oportuno, vale a pena tomar conhecimento da série e fazer uma análise dos acontecimentos que nela se sucedem.

A autopunição inconsciente

Shakespeare tornou-se conhecido por seus escritos. São obras reconhecidas mundialmente. A sua intuição e sensibilidade lhe renderam frutos através da literatura, que, entre alguns aspectos importantes nela percebidos, destacam-se a consciência e o arrependimento mediante os atos cometidos pelos seus personagens. Segue um trecho de Hamlet: *(Laertes fere a Hamlet; depois, no afogo da luta, trocam as armas e Hamlet fere a Laertes.)*

O REI: Separem-nos! Excedem-se!

HAMLET: Não! Não! Em guarda!

[...]

HORÁCIO: Ambos se acham feridos. Como estais, príncipe?

OSRICO: Como estais vós, Laertes?

LAERTES: Como um galo silvestre, Osrico, preso no seu laço; fui vítima de minha felonía (traição).

[...]

LAERTES: Aqui, Hamlet, aqui! Estás perdido; nada no mundo existe que te salve; não tens nem meia hora mais de vida. O instrumento fatal se acha em tuas mãos, sem guarda e envenenado. Minha astúcia se virou contra mim.³⁴

Shakespeare soube usar ricamente o seu conhecimento acerca das fraquezas humanas, ao empregá-lo nos dramas que se tornaram célebres. Focalizar a injustiça e a sua conseqüente punição imprime o tom real à escrita dos acontecimentos que se sucedem na convivência social.

Sentimento de culpa significa: *Compreensão de que se violou um princípio ético ou moral, combinada com um sentimento de desclassificação pessoal resultante dessa violação. A culpa inconsciente manifesta-se através de várias manifestações indiretas, embora a pessoa possa negar o cometimento da ação ofensiva.³⁵*

Com o intuito de colaborar, lançando mão dos processos psíquicos, proponho uma seqüência de possibilidades, conforme o que denomino de Teoria do Sistema Psíquico Autorregulador. Identificar a atuação da justiça em um processo mental pode auxiliar em nossa análise. Vamos a ela.

Com base nas recentes descobertas realizadas por universidades sobre o dispositivo biológico de aquisição de regras morais, é possível sugerir a existência de alguns processos psicológicos em permanente exercício de autorregulação no campo da justiça. Embora sequer o

³⁴ SHAKESPEARE, W. *Hamlet*. São Paulo: Abril, 1976 – p. 75, 76.

³⁵ CABRAL, Álvaro e NICK, Eva. *Dicionário Técnico de Psicologia*. São Paulo: Cultrix, 2000 – p. 70.

percebamos, eles estão lá. Funcionando para a nossa sobrevivência e desenvolvimento. Trata-se, antes de qualquer outra explicação, de formas de adaptação em constante processo evolutivo. Sabendo-se, pois, das informações genéticas que nos colocam em posição natural egoísta em prol da sobrevivência -- e fuga da extinção --, o processo de seleção natural entendeu, com o longo tempo de existência, que o altruísmo (mais recente e menos poderoso que seu rival) também deveria ter seu espaço garantido na convivência.

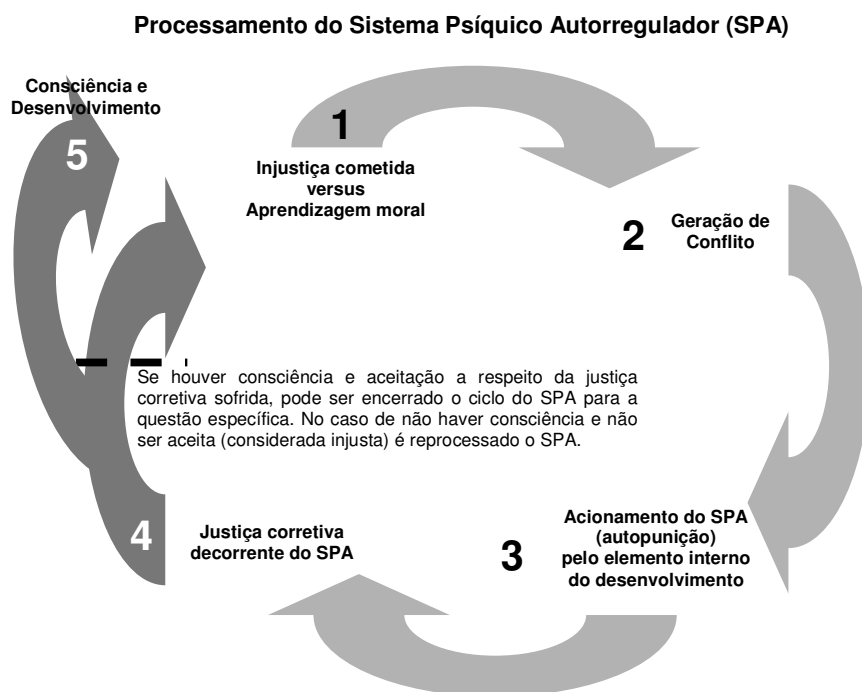
Ainda, informações emitidas por neurônios através de conexões dão ordens para o funcionamento do organismo. Tal comunicação desencadeia respostas que vão desde o simples manipular dos dedos para se articular algum objeto até questões mais complexas como o uso do raciocínio, com o objetivo de solucionar eventuais problemas (trabalhar com números, gerar estratégias variadas, se aperfeiçoar em várias áreas etc). Esses processos são de nosso conhecimento. Há consciência sobre eles. Contudo, há outros que pouca noção se tem a seu respeito.³⁶ (Mecanismos de Defesa, propostos por Freud; Inconsciente Coletivo, termo originado em Carl Jung, etc.) Há ainda alguns que descobriremos no porvir. Possuímos uma vastidão de possibilidades desconhecida.

Desse ponto de vista, é possível considerar o Sistema Psíquico Autorregulador (SPA), cuja função é administrar o desenvolvimento da pessoa, levando em conta a sua aprendizagem sobre a justiça, os erros (ações contrárias ao aprendido, e conflitantes) que se comete, a sua condição natural baseada no estágio de evolução em que se encontra, o reparo necessário e o encaminhamento à autorregulação (punição). Mas vale lembrar que tal processamento ocorre de maneira inconsciente, por não haver, ainda, consciência sobre ele.

³⁶ FADIMAN, James. *Teorias da personalidade*. São Paulo: Harbra, 1986 – p. 7-13; 49-58.

É interessante observar que se encontra em nós internamente, aquilo que, externamente, é fruto da criação do homem, as essências de determinados papéis, tais como o de promotoria (acusação), advogado de defesa e o de juiz que sentencia mediante os fatos. As ideias nascem primeiramente, para em seguida (se o desejarmos) serem concretizadas.

A questão inicia-se no fato de o ser humano, desde o seu aprendizado sobre a diferenciação entre o certo e o errado (considere-se as diferentes culturas), se deparar com incontáveis momentos de escolha ao longo da vida. Cada uma das preferências (livre-arbítrio) pode implicar (em maior ou menor grau) em um tipo de efeito que resultará de sua escolha (mesmo quando ele não escolher). Assim, cada consequência poderá atingir a si mesmo e a terceiros. Conforme o efeito produzido (bom ou ruim), tende a ocorrer um acionamento do SPA.



O processamento do SPA pode ser compreendido da seguinte maneira: Há no homem uma boa capacidade de memória para armazenar informações variadas, as quais, de acordo com a sua percepção no momento em que as registra, e, por força do interesse a elas dirigido, lhe servem de base para se desenvolver ao longo da vida. Com tais informações é possível processá-las com o intuito de extrair utilidades variadas, tanto para se gerar sabedoria e consciência quanto para resolver problemas, e dessa forma superar as barreiras pertinentes ao viver e superar-se em relação ao desenvolvimento.

É devido a juntar a esse conhecimento o que é adquirido acerca das questões morais (aprendizagem sobre a justiça e a injustiça) desde a infância.

Devido à percepção que cada pessoa possui a respeito da vida, o que a torna singular, o conhecimento adquirido acaba por formar determinadas crenças que, conforme a ênfase dada sobre cada uma delas, tornam-se verdades, ora mais, ora menos enraizadas no psiquismo. Elas podem durar por um tempo e cederem lugar a uma nova crença mais convincente que a anterior. E há outras, no entanto, que podem durar por tempo indeterminado.

Ocorre que o homem se depara frequentemente com situações que podem tanto estar de acordo com as suas crenças quanto se encontrarem em oposição a elas. O choque originado pela discrepância entre a crença e a situação experimentada pode causar um conflito, notadamente o que envolve as questões morais, desencadeando-se certas respostas.

Um bom exemplo é quando somos tentados a mexer em algo alheio, ainda que seja por mera curiosidade. Caso a nossa crença moral nos cause um mal-estar (por leve que seja) ao sermos pegos em flagrante por tal comportamento, podemos demonstrar vergonha

através da resposta gerada pelo conflito: O rubor facial (face avermelhada) se instala rapidamente. Revela-se aí a ação indevida.

Entretanto, o psiquismo age em nível mais profundo do que supomos. Ele também atua na inconsciência e produz respostas originadas através de conflitos inconscientes. Desta feita, ocorre o processamento do conflito entre a crença sobre justiça e o seu oposto experimentado: uma dada injustiça. (Considere-se o estado animal ainda presente no homem e os seus desejos como força motivadora para a prática de injustiças.) Por conseguinte, em razão de a oposição desencadeada, o psiquismo, através do elemento interno relacionado ao amor-próprio e o desenvolvimento, ou inclinações para o bem,³⁷ se encarrega de ajustar tal “desequilíbrio” (ou surgimento do pecado)³⁸ na tentativa de estabilizar a situação alterada. Ou seja, urge recuperar o equilíbrio.

A tal amor-próprio ou desenvolvimento citados, busco aproximar-me das ideias do psicanalista Alfred Adler, que, embora tenha definido alguns conceitos relacionados ao processo evolutivo de adaptação contínua ao meio ambiente: *Ele encarou a agressão e a vontade de poder como manifestações de um motivo mais geral, o objetivo de superioridade ou perfeição – isto é, a motivação para aperfeiçoar-nos, para desenvolvermos nossas próprias capacidades e potencial. “A luta pela perfeição é inata no sentido de que faz parte da vida; uma luta, um impulso, um algo sem o qual a vida seria inimaginável.”*³⁹, estes, podem também nos sugerir, através da análise comparativa e do pensamento dedutivo, aplicações semelhantes no campo do aperfeiçoamento da moral e da justiça.

³⁷ LEIBNIZ. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 62.

³⁸ MONTAIGNE, Michel. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 317.

³⁹ FADIMAN, James. *Teorias da personalidade*. São Paulo: Harbra, 1986 – p. 75.

Logo, por força de tal ajuste existente no eixo desequilíbrio-equilíbrio, é preciso lançar mão de alguns processamentos corretivos: Cumpre-se experimentar na pele o que foi oferecido ao outro experimentar.⁴⁰ Isto é, a maneira de regular o desequilíbrio estabelecido é proporcionar a si mesmo a experiência dirigida a outrem. E, através de tal prática será possível equilibrar o desajuste, visto que na crença pessoal situa-se a função de justiça (de acordo com a aprendizagem adquirida). Inclui-se também ao processamento de ajuste, as coisas boas praticadas, visto elas gerarem igualmente um desequilíbrio que desencadeia a sua necessária regulação. A diferença, nesse último caso, consiste em ocorrer o desequilíbrio e o acionamento do equilíbrio para coisas justas, cujas respostas são de equivalente teor.

Ressalva-se, porém, que o fato de este processamento ocorrer no plano inconsciente, pode levar a pessoa a uma percepção errônea sobre a justiça devida, ainda mais que tal resposta pode se suceder depois de um determinado tempo, dificultando a conexão entre um evento e outro. No caso de ele ser incompreendido, o psiquismo, naturalmente, considerará o processo incompleto e, então, o processará novamente até obter o equilíbrio necessário.

Proponho analisarmos hipoteticamente um furto. O nosso objeto de estudo será o dinheiro.

Em uma dada circunstância, uma pessoa se encontra frente à possibilidade de tomar para si uma quantia de dinheiro que pertence à outra. Ela tem a chance de escolher entre furtá-lo ou não, pois tem o conhecimento para tal adquirido em sua educação. É uma questão de opção nesse momento. Então ela decide pegar o dinheiro. Ela se certifica de que ninguém a observa (pessoalmente ou através de câmera) e age conforme a sua decisão. De posse do objeto furtado ela

⁴⁰ PLATÃO. *Górgias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 – p. 76.

sai e obtém êxito na atividade ilícita. Por tempo indeterminado a pessoa pode se sentir vitoriosa e inteligente ao ter pegado algo de outrem e ter escapado ilesa. Porém, mesmo que ninguém a tenha flagrado, conforme ela se certificou, vale lembrar da afirmação de Epicuro e Montaigne, salientando que não podemos escapar aos nossos próprios olhos, ou seja, à nossa própria consciência. A qualquer momento ela se denunciará, se transformando em seu próprio delator e carrasco. Ninguém escapa de si mesmo.

Não obstante, e quanto aos casos em que se obtém dinheiro de maneira injusta (receber sem ter merecido, achar e não devolver, ficar com moedas de um troco que seja de outrem etc) e tal dinheiro escapa das mãos facilmente? E as coisas que compramos com tal dinheiro? Não ocorre de elas quebrarem ou não durarem o quanto deveriam? Tais acontecimentos são vistos como uma maldição. Vale o dito popular: Entra fácil, sai fácil. Por ventura, tal maldição não nasce exatamente na nossa cabeça, cujas ideias ao seu respeito causam mal-estar e sentimento de estar sendo perseguido, por exemplo? Por acaso não nos perseguimos a nós mesmos, atormentando-nos pela injustiça causada? Conseqüentemente, cabe questionar: Será que o crime compensa mesmo?

Por conseguinte, sem que se perceba, estabelece-se um conflito internamente, em razão de esta pessoa possuir dois pontos divergentes (que podem variar em graus): o nível de consciência sobre certo e errado aprendido e a atitude injusta. A partir desse ponto, ajunta-se ao conflito a presença do processamento autocorretivo através de um elemento interno (amor-próprio; gostar de si mesmo; impulso ao aperfeiçoamento) cuja função centra-se em promover o ajuste e nos colocar no caminho do desenvolvimento. Tal elemento, que nos faz sobreviver (estimulando a defesa, o ataque ou a passividade conforme a necessidade momentânea) e nos impulsiona ao crescimento (sentimento

de cobrança em relação à não ficar parado, e avançar cada vez mais), aciona a punição (autopunição) a fim de estabelecer o ajuste que se fez necessário pela ação inadequada empreendida. Tal processamento pode não acontecer imediatamente após o estabelecimento do conflito. Ele pode ocorrer depois de algum tempo, pois o conflito precisa chegar a um ponto consistente para que se desencadeie o SPA.

É de interesse questionar que razões justificam o psiquismo a agir desta forma, autocorretivamente, além da sua ação em si. Por que existir tal processamento acerca da justiça? É, pois, uma condição àquele que evolui, haja vista o desenvolvimento humano conter em seu bojo a semente da autonomia, a cujo desdobramento, eleva o homem à maior independência, forjando na sociedade na qual se insere, o mecanismo de autocontrole conseqüentemente.

Tal como o crescimento de uma pessoa que precisa de suporte e controle desde a sua infância, até que, em determinada época, após anos de aprendizagem e compreensão, ela se vê frente à necessidade de autodomínio a fim de fazer valer o seu papel de adulto, e não mais de criança. Cada coisa ao seu tempo. (É o que se espera, pelo menos.) Então, em comparação ao amadurecimento adquirido na fase adulta da vida, exprime-se a possibilidade de avanço quanto ao cumprimento da justiça através das ações psíquicas autorreguladoras através do tempo e da história.

Conforme a consciência ganha terreno, mais claro fica perceber que o controle sobre si mesmo se deve, naturalmente, a si próprio, e não a terceiros, como ocorre comumente, tendo em vista a necessidade de contenção e punição criados para esse fim. Quanto mais se enxerga o grau de responsabilidade que se tem a respeito do que se pensa e se faz perante os outros, tanto mais se pondera para não cometer algo de que possa se arrepender e ter de pagar por tal infortúnio, consciente ou inconscientemente.

Duas importantes metas, creio, são a independência e o maior controle sobre as nossas próprias vidas. Por que havemos de desejar tal sorte conscientemente sobre a vida amorosa e profissional, por exemplo, e não pelas ações morais, ou ainda, pela compreensão ética? A autonomia é um direito em nós existente, ora latente ora em desenvolvimento, em maior ou menor grau.

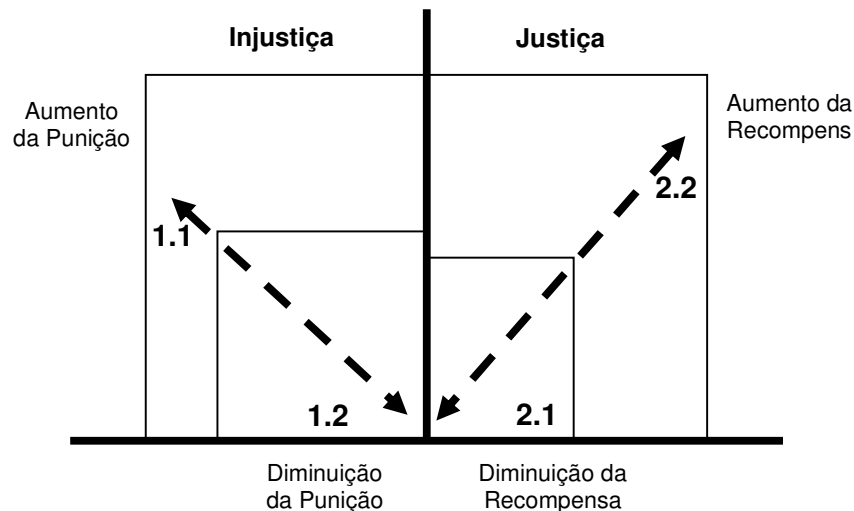
Intervenção sobre o processamento autorregulador

Ao se considerar que o processamento corretivo funciona a partir do conflito gerado entre o conteúdo aprendido sobre o certo e o errado e o ato injusto cometido, desencadeando a autopunição de ajuste, convém acrescentar a essa sequência, novos processamentos possíveis relacionados ao mesmo evento. Isto é, durante o processamento autorregulador referente a uma dada questão, é possível que o ser humano continue a desenvolver ações sobre essa mesma questão, causando-lhe novos impactos. Nova causa pode interferir sobre o efeito que ainda se processa, alterando-lhe o resultado. É o que pode ser denominado de intervenção sobre o processamento autorregulador.

Portanto, há duas situações que podem ocorrer por tal tipo de alteração: o aumento ou a redução da consequência originada.

Acerca do aumento da consequência pode-se dividi-lo em dois efeitos: 1. No caso de uma consequência injusta: 1.1. Se houver uma intervenção injusta sobre ela, aumenta-se a consequência corretiva em grau equivalente. 1.2. Se for uma intervenção justa sobre ela, reduz-se tal consequência punitiva. 2. No caso de uma consequência justa: 2.1. Se ocorrer uma intervenção injusta sobre ela, reduz-se a consequência justa a que se fez jus, no grau equivalente. 2.2. E, se acaso coincidir, uma intervenção justa sobre a consequência justa, então, amplia-se a recompensa ainda mais.

Intervenção sobre o Processamento Autorregulador



Resume-se que, da mesma forma que há a possibilidade de intervenção (causa) sobre uma dada situação, a fim de se obter a sua consequência (efeito), é possível intervir sobre esse mesmo processamento, imprimindo-lhe nova intervenção para resultar em nova consequência. Por conseguinte, evidencia-se a oportunidade de reduzir a punição (que pode variar em graus conforme a interferência presente) já a caminho, se houver investimento favorável nesta direção. E também, de maneira a estimular ainda mais o uso de tal intervenção, obter cada vez mais recompensa se assim for causado equivalentemente.

Obtêm-se as consequências que se desejar, e conforme se agir, de acordo com o que se causa. Mas é através do nível de consciência e da atuação sobre os acontecimentos que se determina a resposta; esta, passa a ser cada vez mais planejada.

Casos reais sobre a autopunição inconsciente

Para exemplificar de forma prática e real, exporei uma sequência de acontecimentos referente a um fato que envolveu duas pessoas, a qual sugere a existência da ação autocorretiva.

Em outubro de dois mil e seis, uma médica de uma cidade do interior estacionou o seu carro próximo ao local de trabalho, como fazia habitualmente. Passado algum tempo, ao retornar ao local para ir embora, percebeu que outro motorista havia raspado em seu veículo, avariando uma parte da lataria de uma das portas traseiras. Chamou-lhe a atenção o fato de haver algumas marcas residuais de tinta branca provenientes do carro que provocara o estrago. Tentou observar se havia alguém a sua espera para tratar sobre o assunto, mas logo percebeu que o imprudente motorista havia fugido. Logo, sem suspeito ou qualquer prova a respeito, restou-lhe apenas retornar para casa.

Com o passar dos dias decidiu conversar com alguns conhecidos e solicitar a eles que ficassem atentos, para o caso de identificarem um carro de cor branca e com alguma avaria, especialmente à altura de onde o seu carro havia sofrido o dano. Passou-se um período de um mês e nada se constatou. A médica praticamente já havia desistido do caso, quando, inesperadamente, ao sair de seu trabalho, percebeu um carro branco estacionado junto aos outros naquele mesmo local. Contudo, o que mais lhe chamou a atenção foi o fato de o motorista ter estacionado aquele veículo em posição contrária a todos os demais. Era uma situação incomum. Surgiu-lhe uma pergunta: O que levou o motorista do carro branco a parar o seu carro daquela maneira? (Jeito mais difícil de estacionar o automóvel naquele lugar.) Foi então que se aproximou e checkou se havia algum tipo de avaria. Bingo! Na mosca.

Dali por diante foi uma questão de anotar a placa, localizar o endereço e solicitar que uma conhecida sua investigasse a situação. Dito

e feito, o homem do carro branco, ao ser questionado, e tendo sido pego de surpresa, confessou ter cometido aquela injustiça, e alegou ter sentido medo na hora em que provocou o estrago, levando-o a fugir do local. Comprometeu-se a pagar, negociando o valor que a médica gastara no conserto da porta.

Pois bem, eis uma história concreta que nos faz pelo menos indagar: O que levou o motorista do veículo branco a voltar ao local do problema, se havia fugido dele anteriormente? Por que estacionou o seu carro avariado ali, na mesma cena do acidente? E mais, que razões o fizeram estacionar o veículo de forma a chamar a atenção, em vez de pará-lo de maneira usual, comum? (Na tentativa de esconder a parte amassada, acabou se revelando, talvez?)

É claro que esse sujeito demonstrou “esperteza” na primeira vez, ao causar o dano e fugir para não ter de responder ao seu ato. No entanto, mostrou-se “inocente” ao retornar ao local do problema, estacionar ali mesmo e ainda colocar o automóvel em posição contrária aos outros, criando condições propícias para chamar a atenção. Porventura desejava ele se entregar conscientemente, ao facilitar tanto a sua identificação? Por experiência, e pelo sinal de surpresa demonstrado quando fora abordado a respeito, a princípio, a resposta é não. Poderia, tal “inocência” estar a serviço, temporariamente, do processamento autocorretor? Possuímos determinado nível de inteligência e a usamos correntemente. De repente, sem razão aparente, a deixamos de lado, agindo com pouca razão. Estranho, não é?

Outro relato interessante é o de um micro empresário interiorano que pleiteava junto ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, o benefício financeiro ao alegar incapacidade laboral. No entanto, esse mesmo sujeito trabalhava em sua loja e, além de tal fato, demonstrou não apenas capacidade para trabalhar, mas, certa robustez e porte atlético, haja vista ele ter cedido uma entrevista ao jornal local, no qual

informava o seu prazer em praticar esportes. Na foto em destaque de tal periódico, via-se a pose de atleta exibida por aquele que tentou, em vão, receber o seguro indevidamente. O perito que o examinou, negou-lhe o pedido, pois constatou, além da capacidade visivelmente evidente, a matéria jornalística que dava conta da contradição.

Não é preciso raciocinar muito para extrair pelo menos uma questão: O que levou essa pessoa, que alegou incapacidade para o trabalho, a se expor publicamente através de um veículo de comunicação conhecido por boa parte da população de sua pequena cidade, justamente quando ele pretendia obter o benefício por incapacidade laboral? Pode-se alegar que a vaidade falou mais alto e que, portanto, a sua inteligência sofreu determinado rebaixamento mediante a vontade de aparecer na mídia. Isto é, agiu de maneira impensada, desconsiderando a repercussão possível. É possível considerar também que desacreditou na possibilidade de ser pego, ou ainda, quis contar com a sorte, ou com a impunidade do sistema. Mas o fato é que se deu mal.

Sim, tais fatores são bem atraentes para justificar o erro por ele cometido. Contudo, novamente, pergunta-se: Cada um desses fatores (e tantos outros que podem ser levantados) não estaria a serviço da autopunição? Como é possível alguém fazer uso da inteligência de modo frequente (não nos esqueçamos de que ele é um empreendedor), e, “perde” momentaneamente tal inteligência, comprometendo-se de maneira tão estúpida? O autoencaminhamento à punição requer certas manobras psíquicas para atingir o seu fim? Do contrário, dificilmente o ser humano cederia a tamanha falta de inteligência.

É com tal rebaixamento cognitivo, ou se preferir, com a inocência, que se opera uma das etapas do Sistema Psíquico Autorregulador. Avalia-se, portanto, que nos “traímos” a fim de desobstruir os canais da autojustiça, fazendo-a trabalhar da melhor forma possível.

E quanto a você? Pode se lembrar de algo semelhante que lhe ocorreu?

Portanto, de acordo com as ponderações acerca do processamento autocorretivo de justiça, vê-se nesse tipo de situação um encaminhamento inconsciente para a punição, a fim de gerar oportunidade de reestabelecer o equilíbrio e o desenvolvimento, mediante o conflito que se instalou internamente nesse motorista. Aqui se faz, aqui se paga é uma máxima que se mostra implacável, mesmo que não enxerguemos (ainda) com que clareza a justiça opera, a fim de provocar no ser humano o acesso à evolução.

Em suma, a sequência autorreguladora funciona com o acionamento do elemento do desenvolvimento que surge mediante um conflito entre a consciência e o erro cometido, imputando, finalmente, uma punição corretiva.

Vale lembrar que se a ação corretiva não for compreendida como um ato justo, ocorrerá o reprocesso do SPA, haja vista a psiquismo não ter encontrado o equilíbrio necessário que resulte na ampliação da consciência em relação a se praticar a justiça. É como se a lição não tivesse surtido efeito, e, por tal fato, é preciso punir novamente, até que se chegue a bom termo de evolução.

O ponto a ser alcançado é bem apontado por Aristóteles: *O homem bom é, por si mesmo, independentemente da sociedade, completo em sua interioridade; a justiça lhe é uma virtude vivida, por meio da ação voluntária.*⁴¹ Ou, como sinalizou Confúcio⁴²: *Se um homem é correto, então haverá obediência sem que ordens sejam dadas; mas se ele não é correto, não haverá obediência, mesmo que ordens sejam dadas.*

⁴¹ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

⁴² CONFÚCIO. *Os analectos / Confúcio*. Porto Alegre: L&PM, 2007 – p. 124.

Então, se é o caso de repetir a dose de punição até chegar à meta, é como ter de tratar o paciente novamente, vez que o remédio não alcançou o efeito necessário. Persistir é fundamental.

Por sorte que o SPA não nos abandona à triste sina da incorreção, pois estaríamos fadados a nos manter no mesmo estágio indefinidamente. E, no íntimo, todos querem se desenvolver. Ser mais. Provar que se é útil. Sentir-se profundamente bem com as próprias qualidades, desde que as reconheça como tal. Então, ainda que seja doloroso pagar pelos atos cometidos, é o caminho que nos dá acesso à evolução. Quem tenta escapar da punição autocorretiva impede o seu próprio desenvolvimento.

Destaque-se que por força de o SPA ainda não ser evidente, e, portanto, a sua atuação ocorrer conforme o grau de inconsciência existente, ele é o resultado da evolução atual. Logo, carece de aperfeiçoamento (maior consciência e prática) para que opere em maior escala nas pessoas e ofereça mais autonomia, trocando, gradativamente, o controle elaborado pelo autocontrole natural.

E ainda, ao ponderar a respeito do SPA, do ponto de vista religioso, não se amplia a nossa percepção em relação à Onipresença do Criador, ao facultar ao homem um sistema autorregulador? Não é possível ver em tal possibilidade a sua grandiosidade? Não proporciona tal condição a dispensa do uso de um enorme "caderno" de anotações no qual Deus registra cada coisa ruim ou boa praticadas para depois punir ou recompensar? Não elimina a antiga polêmica existente entre os fieis sobre se Ele pune ou não as suas criaturas, considerando-se a sua inconcebível magnitude?

Os efeitos da psicopatologia sobre o SPA

É importante considerar os casos de psicopatologia nas pessoas com personalidade antissocial em relação ao tema justiça, tendo em vista a ausência de valores éticos nesses casos. *Na personalidade antissocial, como o próprio nome define, os indivíduos são verdadeiros psicopatas, apresentando comportamento agradável, insinuante, desenvolto, apesar de repetidos choques com autoridades. Os valores e os padrões éticos profissionais são inaceitáveis e incompreensíveis, obstáculos que não consegue respeitar com sinceridade. A pessoa antissocial age inconscientemente, demonstrando instabilidade emocional, julgamento prejudicado e uma insuficiência nos padrões morais. A sua atuação é impulsiva e egocêntrica, precipitando a enfrentar riscos. O paciente parece impelido por um comportamento sem sentido e ilógico, visando proporcionar-lhe uma gratificação imediata, não aceitando interferência na obtenção de seus objetivos. Tais indivíduos enveredam comumente para a criminalidade, toxicomania e são repudiados socialmente pelas suas friezas.*⁴³

Nesse caso, portanto, esbarra-se em um impeditivo relacionado ao acionamento do SPA, que, é desencadeado através do conflito que gera culpa, ainda que inconscientemente. Em razão de o psicopata não possuir padrões morais resultante de sua psicopatologia, o confronto gerador do acionamento da punição de justiça falha.

Pelo fato de as pessoas com personalidade antissocial não terem convicções morais, é típico deles fazerem manobras de modo a obter o que querem – sem a menor consideração pelos direitos ou sentimentos alheios. Exatamente como crianças, psicopatas tendem a viver no presente. E mais: Raramente se dão ao trabalho de esconder seus erros

⁴³ PONTES, Cleto Brasileiro. *Psiquiatria: conceitos e práticas*. São Paulo: Lemos Editorial, 1998 - p. 83.

*e parecem esquecer as consequências. Não é de surpreender, portanto, que sejam frequentemente apanhados quando infringem a lei, porém o castigo não os ensina. Não têm medo e podem cometer o mesmo erro já punido muitas vezes.*⁴⁴

⁴⁴ DAVIDOFF, Linda L. *Introdução à psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983 – p. 620.

RESUMO

A autopunição pode ser compreendida do ponto de vista consciente e inconsciente. Da primeira forma, a consciência pode levar a pessoa a sofrer uma perseguição de si mesmo, causando-lhe o sentimento de culpa (conforme o nível de consciência) que poderá cessar apenas quando esse confessar a ação injusta cometida. Ao considerar a inconsciência, a autocorreção é desencadeada a partir do conflito que se estabelece entre a aprendizagem que se obteve sobre o certo e o errado (conforme o nível de consciência) e o ato injusto realizado. O passo seguinte diz respeito ao acionamento da autopunição, isto é, o encaminhamento a uma dada situação que gere o castigo consequente ao que se praticou indevidamente, cujo objetivo é fazer justiça. Tal processamento ocorre a fim de provocar no ser humano os ajustes necessários ao seu crescimento e evolução. Todavia, é possível intervir sobre o processamento em questão, alterando-lhe o resultado conforme o nível de consciência existente e de eventual ação nova que se empregar para tal fim.

Capítulo 5

O AUTOCONHECIMENTO

O homem e a raposa

Um homem estava possesso com uma raposa que vinha prejudicando-o. Pegou-a e, como queria infligir-lhe um bom castigo, amarrou-lhe à cauda uma estopa embebida de óleo e ateou fogo. Depois, soltou-a em pleno campo. Mas um gênio esperto levou a raposa para os campos de seu carrasco. Ao acompanhar os passos da raposa, o homem ia se lamentando diante da colheita perdida.

Calma! Não te deixes levar pela desmedida: tua raiva poderá te causar um grande mal.

Esopo

Para se atingir um nível adequado (mínimo que seja) de consciência sobre a justiça natural, são propostas algumas práticas focalizadas no autoconhecimento. Segue-se que, aprofundar e compreender a si mesmo são requisitos indispensáveis para tal empreendimento. É requerido que a pessoa realize uma autoavaliação.

É uma busca isolada. E, portanto, é ideal que se deixe de lado o costumeiro hábito de se esconder atrás dos comportamentos coletivos. Frases como: "A maioria faz assim", "Todo mundo age com injustiça mesmo", "O negócio é levar vantagem sobre os outros, senão eles levam sobre mim" apenas atrasam o desenvolvimento. Elas enganam tanto quanto permitimos que sejamos autoenganados, pois está em cada um a exclusiva chance de encontrar os recursos próprios para conquistar mais consciência sobre a justiça. Não fosse desta forma, estaríamos no início da evolução, sem qualquer sombra de esperança para mudança e crescimento. Mas é precioso considerar, conforme a ponderação de Confúcio: *Estas são as coisas que me causam preocupação: não conseguir cultivar a virtude, não conseguir ir mais fundo naquilo que aprendi, incapacidade de, quando me é dito o que é certo, tomar uma atitude e incapacidade de me reformar quando apresento defeitos.*⁴⁵

A preparação para a autoavaliação

Para empreender uma autoavaliação adequada, ou seja, com maior aproveitamento, se faz necessária uma preparação. *A exploração da consciência leva a um contínuo enriquecimento e envolvimento com sua vida, que precisa ser experienciada para ser conhecida.*⁴⁶ O fato de

⁴⁵ CONFÚCIO. *Os analectos / Confúcio*. Porto Alegre: L&PM, 2007 – p. 91.

⁴⁶ STEVENS, John O. *Tornar-se presente: experimentos de crescimento em gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, 1988 – p. 19.

a nossa atenção estar bem voltada para as questões externas cotidianamente, dificulta focalizar determinada concentração na vida interior. Se não dedicarmos algum tempo, com qualidade para a prática de nos observarmos de maneira aprofundada, tenderemos a permanecer na mesma condição habitual.

Então, é sugerido que se desenvolva primeiramente um bom nível de contato interior, estimulando o desenvolvimento da consciência e de relaxamento. Na sequência proposta deve-se separar um pouco de tempo para a execução do exercício. Criar um ambiente confortável e silencioso. E, mãos a obra. Em seguida inicie a condução do pensamento a alguns pontos (ver abaixo) e permaneça lá, por, no mínimo, trinta segundos (é ideal que se obtenha maior permanência em cada concentração): Respiração, perceba a sua, sentindo o ritmo. Se acelerado, reduza-o, sem perdê-lo de sua atenção. Continue fixo. Ouça a sua respiração. Logo após, mude o foco, tocando uma mão à outra, sentindo-as calma e prazerosamente. Retorne à respiração. Depois de algum tempo toque em alguns lugares do seu rosto. Perceba-se. Volte à respiração. Continue alternando até se sentir mais leve e com bom nível de concentração.

Tal preparação deve ocorrer antes de se empreender a autoavaliação e a conseqüente reflexão. O relaxamento permite maior aprofundamento e continuidade ao exercício. Somos tentados a abandonar o mundo interno com facilidade, trocando-o, fácil e rapidamente pelo externo, por hábito e ansiedade presentes. Assegure-se de que a sua proposta de se autoavaliar é honesta e, portanto, possui a intenção de obter resultados. Ninguém quer realizar algo (por menor que seja) sem perceber o ganho que se sucederá. Nem mesmo o simples encostar-se em uma cadeira, cuja finalidade por vezes é

restabelecer algum cansaço ou aliviar alguma tensão ou qualquer outro tipo de incômodo. Objetivo e resultado são parte de uma receita que dá certo. Prepare-se adequadamente e, na etapa posterior, execute-a com maior chance de obter qualidade em cada momento experimentado. Lembre-se que eles valem muito. E tal investimento poderá gerar recompensas das quais o método, a dedicação e a persistência são o alicerce.

O método Passado, Presente e Futuro

Após ter se preparado através do exercício de relaxamento, segue-se à fase posterior.

Para se autoavaliar, a reflexão que aborda o passado, o presente e o futuro pode ser extremamente útil. A partir da verificação da linha do tempo é possível monitorar os passos por nós empreendidos, a fim de se obter uma visão (a mais clara possível) acerca do que precisamos melhorar em relação a nossa compreensão acerca da justiça. É um método interessante e simples de se aplicar.

Passado - Ao apreciar as experiências vividas nós encontraremos uma quantidade imensa de acontecimentos de vários tipos e de intensidade variada. Mas é possível destacar delas as questões aqui pretendidas. Ou seja, o nosso objetivo, ao analisar o passado, é extrair vários exemplos de atitudes tomadas cuja decisão foi baseada em conceitos certos e errados por nós entendido.

Pensar honestamente é o primeiro passo de tal apreciação. Eleger alguns episódios relevantes já cometidos é o segundo (bons e ruins). Se for o caso, anotá-los, poderá ser útil para não os perder no esquecimento. Lembre-se, contudo, de que além dos atos cometidos, a omissão deve ser considerada também, pois, conforme cada caso, ela pode ter sido, ora favorável ora desfavorável, ou ainda, justa ou injusta.

Fazer ou deixar de fazer têm o seu peso conforme as consequências que resulte de tais decisões. Em seguida, deve-se pensar se já sofreu (por parte de outrem ou de circunstâncias diversas) algum tipo de episódio semelhante aos que se praticou. Compare-os, analise-os cuidadosa e sistematicamente. Tente perceber se há alguma semelhança. Se há conexão. Se há a presença de causa e efeito, mesmo que exista considerável tempo entre um acontecimento e outro.

Presente - Considere ainda a situação atual em que vive, e se ela diz respeito a tudo o que você causou até hoje. Use de honestidade a fim de checar com o devido realismo se houve negligência de sua parte em relação a ter-se esforçado mais em agir corretamente; se as suas decisões, mesmo que intempestivas, acarretaram algum tipo de mal, etc. É possível ouvir de muita gente questões relacionadas ao seu desgosto pela situação em que se encontra, tais como: *Por que tenho que passar por tal condição? Eu mereço as coisas que recebo?* Aprecie de forma ponderada cada ato empreendido por você e perceba se o resultado posterior é condizente, justo.

Futuro - Há um caminho pela frente. De que maneira você quer que ele seja? Apenas afirmar que o deseja favorável e agradável não adiantará. Você já possui experiência de sobra para saber de tal fato. Então, baseado na comparação feita entre o passado e o presente, o que se pretende fazer para obter um futuro melhor? Continuar no mesmo ponto só fará com que ocorram pequenas mudanças. Ou seja, a continuidade dos acontecimentos será determinante. Desta forma, há direito em reclamar de coisas diferentes sem ter feito nada para obtê-las? Elas serão injustas? O autoengano prevalecerá?

Se a natureza é clara em relação ao tipo de colheita possível, baseada no plantio realizado, que razões levam você a crer em coisas tão diferentes? O futuro, portanto, é construído no aqui e agora, mas

devemos lembrar que nele ainda colheremos efeitos de coisas causadas no passado. Tudo em seu tempo!

Passado, presente e futuro servem para nos guiar rumo ao crescimento. Não haveria outro propósito senão o de aprendizagem e transformação. E, no entanto, o que fazemos corriqueiramente? Desperdiçamos o tempo que deveria ser utilizado para objetivos de desenvolvimento. Tudo bem, ainda há tempo para mudar o cenário. Sempre há tempo, sobretudo para a evolução da consciência e da maneira de se praticar a justiça.

Todavia, para se tratar adequadamente de uma autoavaliação, na qual deve se considerar passado, presente e futuro como pontos comparativos, urge lembrar de um aspecto importante: a intervenção (estudada no quarto capítulo). De nada adianta estudar e confrontar a experiência passada e o momento presente, se não se utilizar tais informações para se planejar e construir um futuro diferente que se tenha em mira. Daí decorre a necessidade de fazer uso da intervenção. Isto é, interferir a ponto de mudar a situação, transformando-a favoravelmente.

Para tanto, é preciso se convencer de que a possibilidade de alterar o futuro (em significativa parte) está nas mãos daquele que intervém, fazendo a diferença. E não no permanecer passivo. Ficar aguardando unicamente pouco modificará o status de uma situação. No entanto, agir sobre ela, interferindo, é o que possibilitará a sua alteração.

Dá trabalho ter de arregaçar as mangas e se por em movimento para obter determinados resultados. Contudo, é o preço a se pagar para atingir um dado objetivo. É bom lembrar que o presente é basicamente o resultado dos acontecimentos passados. E, em medida similar (considerando-se a imprevisibilidade), é possível apostar na intervenção no aqui e agora a fim de se alcançar um futuro desejado.

Tabela para o desenvolvimento da autoavaliação

Sugiro o uso de uma tabela comparativa simples, e dez situações específicas (hipotéticas) para colaborar em sua autoavaliação. As dez situações são apenas um modelo para facilitar a compreensão. É uma ajuda que poderá servir de estímulo para o início de tal análise. Crie uma tabela pessoal. Lembre-se que só há sentido interno se a análise contemplar a sua real experiência de vida.

Pense em suas experiências e as observe de maneira calma e criteriosa. Tente não perder de vista determinados detalhes que podem fazer diferença durante o exercício. Faça a investigação só. Evite ter pessoas por perto, pois elas podem gerar constrangimento ou desviar a atenção.

Prepara-se antes conforme a indicação. Use o tempo que for necessário (quanto e quando julgar oportuno), sem a necessidade de se apressar. Procure ser o mais honesto possível para consigo. Compare, a exemplo da tabela, o item na situação A e B. Perceba se há uma relação causal entre ambos. Mesmo se houve um intervalo de tempo considerável entre os acontecimentos pessoais registrados nestas colunas. Perceba se existe sentido ao observar as possibilidades de causa e efeito. Desenvolva a sua tabela. Examine-a. Extraia compreensões particulares. Obtenha uma opinião, seja ela qual for.

	A	B
Item	Causa (Tipo de Ação Realizada)	Efeito (Consequência Associada)
1.1	Apoiou emocionalmente alguém em relação a um período de instabilidade por ele	Recebeu apoio emocional de alguém em relação a um período de instabilidade por você

	experimentado (rompimento amoroso, perda do emprego).	experimentado (rompimento amoroso, perda do emprego).
1.2	Negou apoio emocional a alguém em relação a um período de instabilidade por ele experimentado (rompimento amoroso, perda do emprego).	Não recebeu apoio emocional de alguém em relação a um período de instabilidade por você experimentado (rompimento amoroso, perda do emprego).
2.1	Confortou alguém que se sentiu culpado por alguma injustiça cometida e percebida.	Recebeu conforto de alguém por se sentir culpado em razão de enxergar uma injustiça cometida por você.
2.2	Acusou alguém que se sentiu culpado por alguma injustiça cometida e percebida ao invés de perdoar e confortar.	Não recebeu conforto, além de ter sido acusado, por se sentir culpado em razão de enxergar uma injustiça cometida por você.
3.1	Encontrou algo (dinheiro, objeto) e o devolveu ao seu legítimo dono. Tentou localizá-lo, pelo menos, caso não tenha encontrado.	Recebeu de volta algo (dinheiro, objeto) perdido.
3.2	Encontrou algo (dinheiro, objeto) e não devolveu ao seu legítimo dono. Nem tentou localizá-lo.	Não recebeu de volta algo (dinheiro, objeto) perdido.
4.1	Estimulou alguém a se desenvolver profissionalmente, compartilhando conhecimento e indicando alguns meios para tal.	Recebeu estímulo para se desenvolver profissionalmente. Compartilhou do conhecimento de outrem, e dicas a respeito.

4.2	Não compartilhou conhecimento, nem dicas de desenvolvimento profissional com outra pessoa.	Não lhe foi oferecido o compartilhamento de conhecimento e dicas para o desenvolvimento profissional.
5.1	Foi sincero ao não mentir sobre um assunto de seu conhecimento (trabalho, família), perguntado por outrem.	Recebeu resposta sincera sobre um assunto (trabalho, família), de outrem que detinha tal conhecimento.
5.2	Enganou alguém ao mentir sobre um assunto de seu conhecimento (trabalho, família), perguntado por outrem.	Foi enganado ao receber falsa resposta sobre um assunto (trabalho, família), de outrem que detinha tal conhecimento.
6.1	Perdoou uma dívida (dinheiro, empréstimo de um objeto) que não lhe foi ressarcida.	Recebeu perdão por uma dívida (dinheiro, empréstimo de um objeto) que não pôde pagar.
6.2	Não perdoou uma dívida (dinheiro, empréstimo de um objeto) que não lhe foi ressarcida.	Não recebeu perdão por uma dívida (dinheiro, empréstimo de um objeto) que não pôde pagar.
7.1	Foi honesto com outrem ao assumir a culpa em ter estragado algo (copo, prato, enfeite) e ao propor o devido ressarcimento.	Encontrou honestidade em outrem que assumiu o estrago de algo (copo, prato, enfeite) e ainda se propôs a reparar o erro.
7.2	Enganou alguém ao mentir sobre um dado estrago que você fez, e não quis arcar com	Foi enganado por alguém que lhe mentiu sobre um dado estrago feito, e também se recusou a

	o ressarcimento.	arcar com o ressarcimento.
8.1	Confessou um erro (falha em um cálculo, omissão) e assumiu a responsabilidade.	Você obteve a confissão de um erro cometido (sabidamente) por outrem (falha em um cálculo, omissão), e a pertinente responsabilização.
8.2	Não confessou um erro (falha em um cálculo, omissão) e não assumiu a responsabilidade, causando prejuízo.	Você não obteve a confissão de um erro cometido (sabidamente) por outrem (falha em um cálculo, omissão), tampouco ele se responsabilizou, causando-lhe prejuízo.
9.1	Recusou-se a tomar o dinheiro alheio (determinada quantia), pois compreendeu que seria um ato injusto.	Não lhe tomaram o dinheiro (certa quantia), pois se compreendeu que você seria injustiçado.
9.2	Aceitou tomar para si o dinheiro alheio, mesmo compreendendo que seria um ato injusto.	Tomaram-lhe o dinheiro (certa quantia), mesmo compreendendo que você seria injustiçado.
10.1	Você não se omitiu frente a um testemunho que inocentaria alguém justo, mesmo correndo determinado risco.	Outrem correu risco ao não se omitir em testemunhar em seu favor, sabendo de sua inocência.
10.2	Você se omitiu frente a um testemunho que inocentaria alguém justo em razão do risco percebido.	Outrem não correu risco ao se omitir em testemunhar em seu favor, mesmo sabendo de sua inocência.

Tabela 1. Comparativo: Causa e Efeito

A inteligência emocional e a justiça

Outra condição essencial ao autoconhecimento é o desenvolvimento da inteligência emocional. É preciso conhecer mais a respeito das emoções e de suas possibilidades colaboradoras, principalmente no que diz respeito a sua ação conjunta à justiça. Portanto, tomar contato com alguns aspectos inerentes se faz necessário.

Tomemos contato com as emoções, cuja serventia pode ser identificada conforme o estudo realizado por Daniel Goleman:

Raiva: com a aceleração do batimento cardíaco e a secreção de alguns hormônios, em destaque a adrenalina, gera-se uma pulsação e energia para agir vigorosamente mediante uma dada necessidade. Amor: estimula a aceitação, amizade, confiança, afinidade, adoração, paixão. Tristeza: põe a pessoa em contato consigo mesma, estimulando-a à autoavaliação de questões internas, a fim de encontrar soluções aos vários problemas psíquicos existentes. Vergonha: relaciona-se a culpa, vexame, remorso, arrependimento.⁴⁷

Logo, compreende-se que as emoções dizem respeito também às atividades psicológicas morais, e, conseqüentemente, às ações que causamos através de nossos comportamentos. Emoção e moral caminham de mãos dadas. Quantas atitudes (boas e ruins) são tomadas, baseadas tanto na compreensão que se tem da justiça quanto pelo ímpeto do momento. Conforme uma se sobrepuja a outra (considerando-se o controle que se possui sobre as emoções), obtém-se um determinado resultado. Ou seja, caso a consciência acerca da justiça se faça imperativa em um dado momento de decisão, com o adequado recuo das emoções, é possível causar e obter efeitos recompensadores.

⁴⁷ GOLEMAN, Daniel. *Inteligência Emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001 - p. 20-22.

Todavia, se as emoções se apossam da circunstância, certamente os resultados serão diferentes. É claro que há ocasiões em que uma certa dose de emoção é crucial para se decidir e sair da apatia, alcançando efeitos desejáveis. Cada situação deve ser avaliada (se há o mínimo tempo para tal) e, com a devida prudência, empreender a ação que considerará a dosagem mais adequada entre moral e emoção. Porém, para chegar nesse ponto, requer-se uma boa exploração acerca de si mesmo, através do autoconhecimento e o exercício do controle emocional ao longo dos anos. Conhecer, compreender e praticar.

Quantas vezes o ser humano age pelo impulso, quase que exclusivamente, e, depois de algum tempo, pode se arrepender pelo tipo de resultado que causou, tanto para quem sofreu uma possível injustiça quanto para quem a cometeu, cuja culpa pode perseguir por tempo indeterminado, ou até que se busque a redenção através de algum pedido de desculpa, reaproximação etc. É útil lembrar que para cada causa gerada, consciente ou inconsciente, de forma calma ou explosiva, decorrerão efeitos, cedo ou tarde. Há ocasiões em que agimos mais justamente e, em outras, nem tanto. Assim, desenvolver a inteligência emocional é uma tarefa para o crescimento, cujo objetivo é alcançar patamares mais elevados de consciência e atuação relacionadas à justiça, seja ela natural ou elaborada. Criar melhores condições de controle sobre as emoções é crucial, especialmente nos casos em que a raiva se apossa por tempo indeterminado.

Perdoar, por conseguinte, é uma condição presente na gestão pessoal das emoções. Quando permanecemos rancorosos em relação a outrem são acionadas as emoções pertinentes a esse rancor. E, por tal razão, nos desgastamos tanto ao não perdoar o outro quanto ao não perdoar a si mesmo, haja vista o perdão partir de dentro de para fora para que ocorra legitimamente, e não da boca para fora, como se diz correntemente. Outro ponto é o fato de que, ao não perdoar, julgamos o

outro imperdoável (até o momento que assim o desejemos). A partir desta noção, criamos dificuldade para perdoar a nossas próprias injustiças, visto nos encontrarmos irredutíveis, de acordo com a nossa crença. (Não custa lembrar: Todos cometemos injustiça!) A flexibilidade, o respeito e o perdão podem modificar tal cenário e libertar o que se prendeu internamente (rancor) a fim de equilibrar a atuação da justiça e permitir o desenvolvimento. (Aplica-se aqui a ideia de intervenção sobre o processamento autorregulador.)

Logo, podemos nos inquietar por surgirem algumas perguntas: Faço mal a mim mesmo ao não perdoar? Sou justo com o outro por tal decisão? Sou justo comigo mesmo agindo assim?

Quando perdoamos as ofensas que nos fazem nossos inimigos, nós mesmos nos damos o perdão das ofensas que temos feito a Deus. Com razão disse a santo: Homem, entende porque isto parece que se não pode entender. Dar perdão de pecados é jurisdição ou regalia somente de Deus: Logo, como me posso eu dar a mim mesmo o perdão de meus pecados? Funda-se esta sentença naquela promessa de Cristo: Dimittite, et dimittimini (Lc 6, 37): Perdoai, e sereis perdoados. - E como esta promessa é condicional, e a condição depende de mim, quando eu cumpro a condição eu sou o que me perdô.⁴⁸

A empatia e a justiça no contexto emocional

Porém, deve ser acrescido a este estudo o entendimento sobre uma outra questão relevante: *A empatia é alimentada pelo autoconhecimento; quanto mais consciente estivermos acerca de nossas próprias emoções, mais facilmente poderemos entender o sentimento alheio. Essa capacidade – de saber como o outro sente – entra em jogo*

⁴⁸ VIEIRA, Antônio. *Obras Seletas. V.6 - Maria Rosa Mística*. São Paulo: Edameris, v.2, 1965 – p. 15, 16.

em vários aspectos da vida, quer nas práticas comerciais, na administração, no namoro e na paternidade, no sermos piedosos e na ação política. A falta de empatia é também reveladora. Nota-se em criminosos psicopatas, estupradores e molestadores de crianças. A atitude empática empenha-se interminavelmente em julgamentos morais, pois os dilemas morais envolvem vítimas potenciais. [...] As raízes da ética estão na empatia, pois é o sentir empatia com as vítimas potenciais – alguém que sofre, que está em perigo, ou que passa privação, digamos – e, portanto, partilhar da sua aflição que leva as pessoas a agirem para ajudá-las. E ainda: a própria capacidade de afeto empático, de colocar-se no lugar de outra pessoa, leva as pessoas a seguir certos princípios morais.⁴⁹

A empatia é, por conseguinte, uma capacidade que deve ser observada com interesse e o seu desenvolvimento torna-se crucial a obtenção de ações focalizadas na justiça. Logo, em tal análise inclui-se a formação da empatia na criança. Pois, desde bem cedo ela pode estar presente, haja vista ser percebido, através de pesquisas, que, por exemplo, a criança de um ano tenta consolar outro que chora, ao lhe oferecer um brinquedo. E, ressalte-se: *No fim da infância, surgem os mais elevados níveis de empatia, pois as crianças são capazes de entender a aflição que está além de um acontecimento específico e constatar que a condição ou posição de alguém na vida pode ser um motivo de aflição permanente.⁵⁰*

Compreensões sobre questões grupais (pobreza, opressão ou marginalização) podem reforçar convicções morais, cuja base está no desejo de aliviar o infortúnio e a injustiça. Já experimentou isso? É mais

⁴⁹ GOLEMAN, Daniel. *Inteligência Emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001 – p. 109-119.

⁵⁰ Idem.

um aspecto importante para o melhor desenvolvimento acerca da justiça.

RESUMO

O autoconhecimento é de suma importância para o desenvolvimento da consciência sobre a justiça natural, haja vista ele poder despertar a necessária reflexão sobre os acontecimentos pessoais e permitir a conexão de causa e efeito entre eles. Para tanto, é preciso se preparar adequadamente e estar em condições ótimas, e, ponderar acerca do passado, presente e futuro é essencial. Tomar contato com as coisas já experimentadas e verificar o resultado da atual situação no presente pode revelar que somos responsáveis pela condição a que nos submetemos. Portanto, ao concluir de tal forma, pode-se planejar (e intervir) melhor e com mais propriedade o futuro, sabendo-se com a devida consciência que causamos hoje os efeitos do amanhã. Outro ponto é o desenvolvimento da inteligência emocional, que convive de forma atrelada à moral, tanto da sua compreensão quanto das ações. A empatia, por exemplo, permite que a pessoa se coloque no lugar da outra e aja com certa justiça em relação a ela por tal razão.

Capítulo 6

A INJUSTIÇA NA INFÂNCIA

O caçador e a perdiz

Era uma vez um caçador que recebeu a visita de um hóspede numa hora bem avançada. Sem ter nada o que oferecer ao visitante, foi até a perdiz que criava e já ia sacrificá-la quando esta lhe disse:

- Seu ingrato! Não sou eu que te sirvo de chamariz para as minhas irmãs e ainda queres me matar?

Ele respondeu:

- Eis uma razão a mais para te imolar, pois não poupas nem teus semelhantes.

Quando traímos os nossos, despertamos o ódio dos que foram traídos e daqueles para os quais traímos.

Esopo

Creio haver a possibilidade de existir injustiça na infância. Único período em que ocorrem fatos alheios a causas anteriores. É difícil justificar com razões lógicas e convincentes o que leva muitas crianças a sofrer com tenra idade (até em período prematuro ou durante a gestação). Por exemplo: O que explicaria a fome pela qual tantos inocentes passam em diversos lugares ao redor do mundo? E as doenças congênitas e adquiridas? E os maus tratos? Acidentes? E a morte?

Há imperfeições em um mundo imperfeito.

São indagações que suscitam dúvida e estranhamento. Porém, são reais e chocam por sua maneira de acontecer. É pela fé, muitas vezes, que se consegue superar a dor e o sofrimento decorrentes de episódios inexplicáveis. Mas é possível avaliar a situação e propor algum tipo de reflexão a respeito.

A dependência na infância e a justiça

Primeiramente, deve-se focalizar a atenção no desenvolvimento infantil. Pois, de acordo com as faixas etárias infantis, à medida que se cresce, adquire-se conhecimento, determinada consciência e habilidades que se traduzem em independência. Logo, a partir do momento que essa autonomia fizer parte da pessoa, ela deve ser considerada apta a responder por seus atos. Tal questão diz respeito à educação recebida desde cedo.

Não obstante, a análise deve ser dirigida também ao adulto que convive com a criança (sobretudo no período em que ela não pode responder por seus atos). Na ausência de consciência sobre os atos que são cometidos, a criança encontra no adulto o seu guia temporário, até que ela possa substituí-lo por sua própria competência, que se desenvolve aos poucos. Uma criança está sujeita aos atos de um adulto

ou a condições existentes no seu ambiente (algumas controláveis, outras não), seja por transmissão genética causadora de algum tipo de síndrome, da exposição a algum tipo de vírus ou bactéria, estresse e explosões hormonais em contato com o organismo materno, alimentação inadequada ou a sua falta, acidentes que ferem ou ceifam a vida, agressões que variam de leve a grave, etc. Portanto, a responsabilidade que ainda inexistente na criança fica transferida para o adulto. Ele responde, conseqüentemente, pelos seus atos pessoais e pelos atos da criança que se encontra sob a sua guarda e cuidado. Já havia pensado por esta perspectiva?

Então, quando o adulto falha e a criança sofre por tal razão, a injustiça se introduz na vida dela, haja vista fazê-la sofrer os efeitos causados por outrem. A desproteção (momentânea que seja) é o suficiente para ocasionar a ação injusta. Os anos iniciais do ser humano lhe são fundamentais, tanto para o seu desenvolvimento físico, psíquico, social e espiritual quanto para a formação da sua responsabilidade através do exercício da justiça e dos resultados decorrentes. O eixo dependência-independência pode justificar (uma parte, pelo menos) o que leva muitas crianças a sofrer em tenra idade.

Foi necessário reservar um espaço neste capítulo a fim de considerar a dificuldade de a criança desenvolver a empatia: A maldade, substituta da empatia, está presente em crianças que sofrem maus-tratos dentro de suas casas. *Essas crianças também tendem a não se preocupar quando os coleguinhas se machucam ou choram; parecem representar um extremo de uma progressão de frieza que culmina na brutalidade das crianças maltradas. Na idade adulta elas são mais inclinadas à meterem-se em problemas com a lei e a cometerem mais crimes violentos.*⁵¹

⁵¹ GOLEMAN, Daniel. *Inteligência Emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001 – p. 213.

Então, é proposto que se pondere, além do que é possível se constatar em relação à extinção da empatia e as suas consequências morais face aos maus-tratos na infância, que, o Sistema Psíquico Autorregulador poderá, igualmente, sofrer algum tipo de desajuste (ou não ser acionado devidamente). Ou seja, se a autocorreção natural é desencadeada a partir do conflito entre o que se aprendeu acerca do certo e do errado e da injustiça que se cometeu, pergunta-se: Como é possível existir o conflito (considere-se até a possibilidade de haver um leve traço dele, para não torná-lo ausente) em uma criança cuja empatia embotou-se, e, portanto, não se sente mal pelo que faz em razão da frieza existente internamente?

Sem culpa (pela ausência de empatia, originada nos maus-tratos), logo, sem conflito, e, também, sem (ou em um grau muito baixo) autopunição. Resumindo, culminará na falta de autocorreção. Pelo menos nesse período da vida ou enquanto durar a ausência de empatia.

Eis uma importante reflexão a ser empreendida, pois, de acordo com tal colocação, talvez exista na sociedade um sem número de crianças, adolescentes e adultos que se encontram nessa condição. Poderiam se assemelhar ao que vulgarmente se chama de: sem chance de recuperação. No entanto, será que se lhes fosse possível desenvolver a empatia, e, ao fazer o SPA funcionar, de forma crescente e natural, poderiam sofrer as consequências de seus resultados e se verem frente às necessidades de mudança e ao crescimento e a tomada de consciência? Contudo, é pedido que se avalie tal possibilidade de coração aberto, com a devida temperança de quem está disposto a compreender a situação. Quanto maior for a nossa consciência, tanto melhor será a maneira de interagir e colaborar com as pessoas ao nosso redor, e, conseqüentemente, receber ajudar. Nunca nos esqueçamos da relação causa e efeito. Ela é bem valiosa! Pense com carinho.

A justiça na educação infantil

Outra forma de injustiça possível na infância é negar à criança o conhecimento e o exercício acerca do certo e do errado, do bem e do mal. Seja por negligência ou ignorância do adulto, e ainda, pela ausência de alguém que o faça. Quem sofre as consequências diretamente é a criança. Em Provérbios 22:6, lê-se: *Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele.*⁵²

Alguns escritos de Al Ghazzali (1058-1111), pensador muçulmano e colaborador dos ensinamentos sufistas apontam os deveres de um professor: *O primeiro dever do professor é ser compassivo com os estudantes e tratá-los como a seus próprios filhos. Ele deve estar constantemente alerta para os fracassos dos alunos, mas, como um pai, deve ser capaz de amá-los. O professor, ao dissuadir o estudante de seus maus hábitos, deveria fazê-lo através de sugestões e não de modo aberto, com simpatia e não com repreensões ofensivas... O professor deve fazer o que ensina e não permitir que suas obras desmintam suas palavras. Ele não é uma fonte de informações, mas um exemplo vivo do efeito dos ensinamentos. Os estudantes e o professor estão todos trabalhando juntos.*⁵³

A adequada educação deve contemplar os ensinamentos sobre os princípios universais (amor, respeito etc), e situar o educando a respeito de seus direitos e deveres na convivência social, e, sobretudo, estimulá-lo a se desenvolver de maneira moral. Educar é uma atividade séria e de enorme responsabilidade, pois compreende um conjunto de aspectos

⁵² BÍBLIA SAGRADA. Trad. Por João Ferreira de Almeida. Flórida: Vida, 1995.

⁵³ FADIMAN, James. *Teorias da personalidade*. São Paulo: Harbra, 1986 – p. 358-360.

que podem colaborar na geração de diferentes tipos de futuro, agradáveis ou não.

Um estudo realizado acerca do desenvolvimento moral demonstra a progressão pela qual passa a criança. Lawrence Kohlberg descreveu a moralidade em seis estágios:

1. Orientação para a obediência e a punição: A criança decide sobre o que é certo, com base naquilo pelo que ela é punida. A obediência é valorizada por si só, mas a criança obedece porque os adultos estão em superioridade.

2. Individualismo, propósito instrumental e troca: A criança segue regras, quando se tratar de algo de seu interesse imediato. O que é bom é o que traz resultados prazerosos. O certo é o justo, o que constitui uma troca legal, um acordo, um trato.

3. Expectativas interpessoais mútuas, relações e conformismo interpessoal: A família ou pequeno grupo a que pertence a criança torna-se importante. Ações morais são aquelas que atendem às expectativas alheias. "Ser bom" torna-se importante por si só, e a criança, geralmente, valoriza a confiança, a lealdade, o respeito, a gratidão e a manutenção das relações mútuas.

4. Sistema social e consciência (lei e ordem): Uma mudança no foco, da família e grupos próximos do jovem para a sociedade em geral. Bom é cumprir os deveres com que alguém concordou. As leis são para ser preservadas, a não ser em casos extremos. Contribuir para com a sociedade também é visto como bom.

5. Contrato social ou utilidade e direitos individuais: Agir de modo a alcançar "o bem maior para o maior número de pessoas". O adolescente ou adulto está consciente da existência de visões e valores diferentes, que os valores são relativos. As leis e as regras devem ser preservadas para que se preserve a ordem social, mas elas podem ser modificadas. No entanto, há alguns valores básicos não-relativos, como a importância

da vida e da liberdade de cada um, que devem ser preservados de qualquer maneira.

*6. Princípios éticos universais: O adulto elabora e segue princípios éticos que ele escolhe para determinar o que é certo. Pelo fato de as leis, normalmente, estarem em conformidade com tais princípios, elas devem ser obedecidas; entretanto, existindo alguma diferença entre a lei e a consciência, esta domina. Nesse estágio, os princípios éticos seguidos são parte de um sistema de valores articulado e integrado, analisado com cuidado e consistentemente seguido.*⁵⁴

Há vários anos o psicólogo estadunidense Dan Kiley afirmou, dentre outros pontos cruciais acerca da educação infantil que *Atitudes permissivas vêm permeando nossa literatura, nossos meios de comunicação e filosofias educacionais [...] Estes passam aos pais a noção de que, na criação dos filhos, devem evitar o uso da autoridade e da punição, e jamais estabelecer ou forçar os limites no espaço de crescimento da criança. Os pais que adotam este método promovem o desenvolvimento da irresponsabilidade [...] que leva a criança a acreditar que as regras não se aplicam a ela.*⁵⁵

Note-se, porém, que ao considerar a punição, conforme Kohn indicou, vale a pena destacar que alguns psicólogos e educadores consideram-na *como severa e ineficaz e sugerem que, em vez disso, as crianças sejam levadas à aguentar as "consequências" – especialmente as descritas como "lógicas" ou "naturais" – de suas ações. E, acrescenta: Uma consequência é relacionada ao mau comportamento; supõe-se também ser ponderada (isto é, não excessiva) e aplicada com respeito. Ou ainda: O professor deverá ajudar os alunos a aprender as habilidades com as quais possam fazer o melhor uso de sua liberdade. "Oportunidades para desenvolver a autoadministração e estratégias*

⁵⁴ BEE, Helen. *O ciclo vital*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997 – p. 335.

⁵⁵ KILEY, Dan. *Síndrome de Peter Pan*. São Paulo: Melhoramentos, 1987 – p. 40.

*autorreguladoras devem vir acompanhadas da atribuição de responsabilidade” diz Carole Ames. O que se deseja é evitar situações em que um professor deixa as crianças decidirem o que fazer e como fazê-lo, descobre que as mesmas são incapazes de planejar um projeto importante através de um período de tempo, e retorna a uma abordagem controladora.*⁵⁶

Jean Piaget estudou a noção de justiça presente na criança, e identificou uma oposição entre dois tipos de respeito, e conseqüentemente, entre duas morais: a de obrigação e a de cooperação. Uma trata do dever, a outra do respeito mútuo. Quando a criança desenvolve uma formação baseada na justiça de cooperação é possível que ela possua um senso de justiça igualitário ao longo de sua vida.⁵⁷

A criança deve exercitar o que aprende a pedido e a exemplo do adulto. Confirma-se tal propósito, em relação aos jogos: *Se só permitimos às crianças certas brincadeiras que lhes tragam a noção de honestidade, com maior razão precisamos ter o cuidado de transparecê-la em nossos entretenimentos.*⁵⁸ Em Diderot (1713-1784), filósofo francês, compreende-se que: *Castigos e prêmios têm como finalidade educar os homens segundo as leis da natureza. E fazei que o bem dos particulares fique tão estreitamente ligado ao bem geral que um cidadão não possa quase prejudicar a sociedade sem prejudicar a si mesmo; assegurai a virtude como recompensa, como assegurastes à perversidade seu castigo.*⁵⁹ *A virtude moral é adquirida em resultado do hábito. Não é, portanto, nem por natureza nem contrariamente à natureza que as virtudes se geram em nós; antes devemos dizer que a natureza nos dá a capacidade de recebê-las, e tal capacidade se*

⁵⁶ KOHN, Alfie. *Punidos pelas recompensas*. São Paulo: Atlas, 1998 – p. 180, 236.

⁵⁷ PIAGET, J. *O julgamento moral da criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

⁵⁸ CÍCERO. *Dos Deveres*. São Paulo: Martin Claret, 2005 – p. 62.

⁵⁹ HISTÓRIA DA FILOSOFIA. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 276.

aperfeiçoa com o hábito. Ou ainda: ...Toda virtude é gerada e destruída pelas mesmas causas e pelos mesmos meios, do mesmo modo como acontece com toda arte: tocando lira é que se formam os bons e os maus músicos. Isso se aplica igualmente aos arquitetos e a todos os demais: construindo bem, tornam-se bons arquitetos; construindo mal, maus. Com efeito, se assim não fosse não haveria necessidade de mestres, e todos os homens teriam nascido bons ou maus em suas profissões. E do mesmo modo sucede com as virtudes; pelos atos que praticamos em nossas relações com outras pessoas, tornamo-nos justos ou injustos; pelo que fazemos em situações perigosas e pelo hábito de sentir medo ou de sentir confiança, tomamo-nos corajosos ou covardes. [...] Em outra palavra: nossas disposições morais nascem de atividades semelhantes a elas. É por esta razão que devemos atentar para a qualidade dos atos que praticamos, pois nossas predisposições morais correspondem às diferenças entre nossas atividades. E não será desprezível a diferença se, desde a nossa infância, nos habituarmos desta ou daquela maneira. Ao contrário, terá imensa importância, ou seja, será decisiva.⁶⁰

Mas o adulto pode falhar nesse ponto também, e o resultado pode ser desastroso. A consciência pode colaborar nos casos aqui estudados, levando o adulto a assumir adequadamente o importante papel de formador através do processo educativo infantil. Neste caso, faz-se justiça à educação merecida pelo ser humano, considerando-se a relevância dos efeitos que resultaram posteriormente no convívio social. Afinal, o que pretendemos para nós continuamente?

⁶⁰ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. São Paulo: Martin Claret, 2003– p. 40, 41.

O feitiço voltou-se contra o feiticeiro

Vale a pena, para encerrar este capítulo, recorrer a uma experiência de trabalho pessoal, na qual, quando eu desenvolvia a atividade de monitor de recreação em hotéis, na juventude, havia um jogo interessante e reflexivo, denominado: "O feitiço voltou-se contra o feiticeiro". Escolhia-se uma pessoa e solicitava-se às demais que fizessem alguns pedidos a ela, qualquer coisa. A intenção era a de que o escolhido atendesse a cada solicitação feita. Normalmente os pedidos estavam relacionados ao escárnio, na tentativa de promover um verdadeiro espetáculo de risadas (imitar algum cantor; político, do sexo igual ou oposto; fazer palhaçadas; desfilar rebolando etc). Era perceptível o desejo da maioria: a zombaria.

Todavia, após ter-se registrado o nome de cada solicitante, bem como o seu pedido correspondente, era chegado o momento de informá-los sobre o nome do jogo e as consequências a que se submeteriam. Então cada um se via obrigado a realizar exatamente o que havia estabelecido no seu pedido. É claro que o entusiasmo e o escárnio aumentavam pelas apresentações pitorescas, mas, ria-se bastante pela surpresa causada em razão do objetivo daquela atividade.

Ouvia-se posteriormente, de forma reflexionada, os comentários que os participantes faziam acerca de se propor aos outros aquilo que se pretende para si mesmo. Era divertido e oferecia a possibilidade de desenvolver a consciência a respeito das consequências a que nos expomos mediante as escolhas feitas. E na prática cotidiana é possível observar concretamente tal inversão relacionada ao que se desejou a outrem.

Você já sentiu na pele o seu próprio feitiço? E mais, sobre a educação infantil: Já pensou em promover esse jogo nas escolas? Desenvolver algum tipo de discussão entre os alunos?

RESUMO

Embora seja possível avaliar a ação da justiça natural através do seu processamento psíquico autorregulador, tal conhecimento não alcança responder a todas as perguntas prováveis que se faça a seu respeito, tal como no caso das crianças que, em tão tenra idade (inclusive em condições intra-uterinas e prematuras), são acometidas de injustiças, e de cuja explicação baseada na justiça, não se cumpre responder por falta de explicar. Não se tratam também de questões relacionadas a fenômenos grupais tais como tempestades, atividade vulcânica etc, que venham a atingir populações inteiras, considerando-se os inocentes ali existentes, sobretudo as crianças. Todavia, em relação aos pequeninos, o adulto é quem detém a responsabilidade de agir com justiça ao cuidar do menor. É uma dependência que alcança a independência (e a responsabilidade correspondente) com certa idade. Considere-se ainda que não ensinar à criança o certo e o errado é uma injustiça, pois, depende de tal aprendizagem, em boa dose, o desenvolvimento da consciência a respeito da justiça e os efeitos consequentes.

Capítulo 7

A JUSTIÇA ATRAI GANHOS

O bode e a vinha

A vinha estava brotando novamente. Como um bode estava comendo seus botões, ela disse:

- Por que me fazes mal? Acabou o capim? Lembra-te de que sou eu que forneço o vinho no dia de teu sacrifício.

Receberás do outro o tratamento que lhe dás.

Esopo

Para finalizar, cumpre apontar alguns ganhos (extraordinários) decorrentes de se evoluir a partir da tomada de consciência sobre a prática da justiça. Com efeito, à medida que se avança conscientemente a respeito das decisões que são tomadas na vida, obtêm-se resultados proporcionais.

É oportuno, pois, citar Rui Barbosa: *Eu não troco a justiça pela soberba. Eu não deixo o direito pela força. Eu não esqueço a fraternidade pela tolerância. Eu não substituo a fé pela superstição, a realidade pelo ídolo. Ou ainda: Só o bem neste mundo é durável, e o bem, politicamente, é todo justiça e liberdade, formas soberanas da autoridade e do direito, da inteligência e do progresso.*

A justiça na vida profissional

De imediato pode-se apontar os ganhos que as pessoas obtêm em suas atividades profissionais, atingindo, conseqüentemente, as organizações como um todo. *Quando um líder é explícito sobre o que ele acredita e valoriza, e tem um comportamento alinhado com tudo isso, os seguidores reagem com uma profunda confiança nele. A reputação de uma empresa se transforma diretamente em resultados financeiros: os consumidores preferem comprar de empresas que são conhecidas por suas práticas éticas. Eles não hesitam em divulgar o seu descontentamento mediante empresas antiéticas.*⁶¹ Tanto colaborador quanto cliente, em sua maioria, buscam avidamente se relacionar com organizações justas. E não é por acaso. As pessoas querem fazer bons negócios. Ninguém deseja comprar um produto ou contratar um serviço cuja qualidade anunciada é mentirosa, ou pagar por um preço acima do

⁶¹ KIEL, Fred e LENNICK, Doug. *Inteligência Moral*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 – p. 14.

combinado, ou ter de esperar mais por um prazo de entrega que não se cumpre fielmente. Não é assim com você?

A justiça e o bem comum

Se considerarmos o funcionamento corretivo da justiça como um bem que se desenvolve e nos favorece evolutivamente, faremos dele um instrumento a serviço do autodesenvolvimento e do bem-comum. *O bem supremo daqueles que seguem a virtude é comum a todos e todos podem igualmente alegrar-se com ele.* E, ao relacionar o tema a essência divina: *O bem que cada um dos que seguem a virtude deseja para si, desejá-lo-á também para os outros homens, e tanto mais quanto maior for o conhecimento que tem de Deus.*⁶² Alcança-se, assim, o ponto de uma convivência mais justa e contributiva. O prazer relaciona-se a essa condição: *o bem que foi feito por nós mesmos nos proporciona uma satisfação interior, que é a mais doce de todas as paixões, enquanto o mal causa o arrependimento, que é a mais amarga.*⁶³ *Homem excelente é quem por si mesmo tudo pensa, refletindo o que então e até o fim seja melhor; e é bom também quem ao bom conselheiro obedece; mas quem não pensa por si nem ouve o outro é atingido no ânimo; este, pois, é homem inútil. [...] O Excesso é mal ao homem fraco e nem o poderoso facilmente pode sustentá-lo e sob seu peso desmorona quando em desgraça cai; a rota a seguir pelo outro lado é preferível: leva ao justo; Justiça sobrepõe-se ao Excesso quando se chega ao final: o néscio aprende sofrendo.*⁶⁴

Destaquei neste trecho, Benjamin Franklin, que foi editor, autor, filósofo, estadista, cientista e inventor, além de ter sido um dos raros

⁶² ESPINOSA. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 367.

⁶³ DESCARTES. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004 – p. 145.

⁶⁴ HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. São Paulo: Iluminuras, 2006 – p. 43.

homens a ter redigido a Declaração de Independência dos Estados Unidos: *Nunca duvidei, por exemplo, da existência de Deus; nunca pus em dúvida que o mundo é obra Sua e que a Sua Providência o governa; que o mais aceitável serviço que se pode prestar a Deus é fazer o bem aos homens; que a alma é imortal; e que, assim como todo crime receberá a sua punição, a virtude será recompensada, seja neste mundo, seja na outra vida.* Franklin desenvolveu treze nomes de virtudes, com seus preceitos, os quais julgava serem importantes de se desenvolver:

1. *Temperança: Não comer até o embrutecimento nem beber até a embriaguez.*
2. *Silêncio: Não falar senão do que pode ser benéfico para os outros ou para nós mesmos; e evitar as conversações frívolas.*
3. *Ordem: Um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar; destinar uma hora para cada uma das nossas tarefas.*
4. *Resolução: Resolver cumprir o que é dever; e cumprir, sem falhar, o que se resolve.*
5. *Frugalidade: Não fazer despesas senão em benefício próprio ou em benefício de outrem, isto é, não desperdiçar.*
6. *Aplicação: Não perder tempo; ter sempre entre mãos qualquer trabalho útil; suprimir todas as ações desnecessárias.*
7. *Sinceridade: Não recorrer a ludíbrios prejudiciais; pensar sem ideia preconcebida e com justiça; e ao falar, fazê-lo de conformidade com este princípio.*
8. *Justiça: Não prejudicar ninguém fazendo o mal, ou omitindo benefícios que constituem o nosso dever.*
9. *Moderação: Evitar os extremos; abster-se de guardar ressentimento pelas injúrias, na medida em que as considerarmos merecidas.*
10. *Limpeza: Não tolerar a falta de limpeza no corpo, no vestuário ou na habitação.*

11. *Tranquilidade: Não se perturbar com insignificâncias nem com acidentes correntes e inevitáveis.*

12. *Castidade: Usar raramente do prazer da carne e apenas para benefício do organismo, tendo em vista a descendência; jamais até o embrutecimento, ou o debilitamento, ou em prejuízo da própria paz e reputação, ou da paz e da reputação de outrem.*

13. *Humildade: Imitar Sócrates e Jesus.*⁶⁵

A sociedade sempre encontrará obstáculos a serem superados, pois o desenvolvimento é como uma porta sempre aberta, que convida a quem por ela se transportar a crescer ilimitadamente. Os muitos problemas experimentados ao longo da história da humanidade dizem respeito, entre outras coisas, a oportunidade de aprender e mudar. A transformação é uma condição de sobrevivência e evolução no mundo em que vivemos. Sem ela teríamos nos extinguido. Porém, apesar do que foi possível até o momento atual (sofrimento excessivo) para se avançar, podemos usar as nossas capacidades de modo mais prudente e justo. A dor e a aflição sempre farão parte da condição humana. No entanto, há caminhos que podem oferecer condições mais sábias de se percorrer em direção ao melhoramento. Qual deles você quer tomar?

A justiça e a liberdade

Durante o trajeto por nós escolhido, podemos usufruir um outro bem, de grandeza impar: a liberdade. Reflita acerca do funcionamento do processo autorregulador da justiça e, pelo tipo de resultado que é possível se obter, calcule que, se tornamos o futuro mais previsível (em parte) em razão de causarmos com maior controle o tipo de efeito desejado, então, é sinal de que podemos nos libertar de resultados

⁶⁵ FRANKLIN, Benjamin. *Autobiografia*. São Paulo: Martin Claret, 2005 – p. 106-109.

desagradáveis. Ou seja, se há escolha (conforme a consciência) do que colher no futuro mediante o plantio realizado no aqui e agora, pode-se receber coisas boas e agradáveis, em vez de coisas que desejamos nos desvencilhar quando as percebemos indesejáveis. Através do controle a pessoa cria liberdade de não ter de se autoimputar a uma punição. Ela se livra da prisão psicológica a que se submete enquanto continuar a praticar ações inadequadas, por ela aprendida.

Fugir da punição é uma forma de aprisionamento, cuja liberdade se limita a uns poucos momentos de bem-estar. O sentimento de que o perigo (punição) se avizinha a qualquer hora causa-nos mal-estar, pois não há ser humano que deseje para si ficar preso, seja em uma cadeia ou por controle de outrem ou das circunstâncias. Não. O que se deseja, na verdade, é poder ir e vir conforme o desejo (de acordo com as regulações sociais também).

Tudo tem um preço nesta vida. Para conviver entre os demais é preciso pagar com o desenvolvimento que exige o funcionamento da autorregulação corretiva da justiça natural. Ainda que ela também necessite de evolução, correspondentemente ao nível de evolução em que se encontra o homem, pode oferecer recompensas mediante o seu exercício. É, pois, através dela que as pessoas crescem, ganhando em ascensão nos seus vários níveis, e melhoram a maneira de se relacionar e extrair coisas melhores desse tipo de convivência. Mas cada qual pensa de um modo. É um direito, embora possa lhe custar caro conforme a direção que toma.

Aquele que se considera esperto ao manter-se preso a ideias injustas como meio de se relacionar socialmente ainda experimentará (cedo ou tarde) a sua própria autopunição. Obriga-se a corrigir (por força da natureza, e não por qualquer tipo de lei criada pelo homem) a sua rota. É um acontecimento inevitável.

A justiça, a consciência e a motivação

Cedo ou tarde é parte das condições existentes no processamento autocorretivo. Todavia, há que se concordar que quanto mais cedo, melhor.

Ainda que a natureza cumpra o seu funcionamento, acima do nosso controle momentâneo, é possível estimular a reflexão e a geração de consciência sobre a justiça natural e os seus consequentes ganhos, que são, por si só, motivadores. *O erro não é uma pura negação, ou seja, não é o simples defeito ou falta de alguma perfeição que não me é devida, mas, antes, é uma privação de algum conhecimento que parece que eu deveria possuir. Pois, para que eu seja livre, não é necessário que eu seja indiferente para escolher ou o outro dos dois contrários; mas, antes, quanto mais pendo por um, seja porque eu conheça evidentemente que nele se encontrem o bem e o verdadeiro, seja porque Deus disponha assim o interior de meu pensamento, tanto mais livremente faço a escolha e a abraço.*⁶⁶ Quem não deseja ter maior propriedade sobre a sua vida? Decidir com mais consciência e causar coisas boas, escolhidas a dedo? Receber em troca o bem, reduzindo a colheita desagradável? (Por nossa imperfeição, sempre cometeremos injustiças, que podem ser minimizadas consideravelmente.)

A justiça e os outros ganhos

Acrescenta-se, ainda, que, tendo em vista o desenvolvimento da consciência mediante as reflexões empreendidas, a mudança na maneira de enxergar a justiça e a atuação mais justa em relação às decisões que tomamos no convívio social, vale salientar que outros

⁶⁶ DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 – p. 86-90.

aspectos poderão ser igualmente exercitados, levando, conseqüentemente, a pessoa a evoluir em outros campos.

Em razão de a ponderação acerca de se agir com maior justiça demandar a análise de cada caso em particular, a fim de resultar em uma escolha mais adequada e sábia, estimula-se também a percepção, o bom senso, a comunicação, o raciocínio, a intuição, a lógica, a emoção, a personalidade, o contexto, o motivo, a defesa, a acusação, a prova, entre outros. Daí decorre que se provoca o crescimento de tais capacidades, cujo ganho é incalculável, haja vista proporcionar resultados variados conforme a dedicação que cada um emprega.

Portanto, a evolução da consciência sobre a justiça natural faz acompanhar em ritmo ascendente tantas outras habilidades envolvidas em cada processo exercitado. É ganho sobre ganho. E, quanto maior se tornar o domínio a respeito de tal desenvolvimento, tanto mais se conquista consciência, e, decorrentemente, novas mudanças ocorrem, com a finalidade essencial de aumentar a qualidade de vida pessoal e social.

Pondere se não é chegado o momento de rever e se autoavaliar a respeito de tudo o que faz. Conforme se avança na direção do desenvolvimento, conclui-se que sempre há tempo para mudar e progredir.

Conquistamos boas respostas no eixo causa-efeito, à medida que levantamos o véu da inconsciência, ao praticar a justiça, desenvolvendo-se conscientemente cada vez mais.

RESUMO

Há razões claras para se praticar a justiça, sobretudo com a devida consciência. Os ganhos podem estar relacionados à vida profissional e às organizações, visto o mercado buscar avidamente os melhores negócios (qualidade, ética e credibilidade). Outro aspecto é o sentimento de realizar coisas consideradas corretas, justas e, portanto, boas, que pode gerar satisfação interior. Outro, ainda, é a possibilidade de tomar as rédeas das escolhas (e são muitas!) a serem feitas ao longo da vida com maior propriedade, haja vista a consciência sobre a justiça natural permitir que se vislumbre as possibilidades decorrentes a cada causa realizada. Desejar-se-á um efeito melhor. A responsabilidade ganha terreno à medida que se avança no desenvolvimento. Nos libertamos de ter de pagar por situações indesejáveis e dolorosas, vez que ponderamos mais antes de fazermos algo do qual se possa arrepender amargamente depois. Continuaremos a errar (é a condição do aprendiz que tem muito a aprender) e a sermos injustos (é parte da nossa imperfeição), porém, com a consciência da justiça natural podemos evoluir (e fazer outras capacidades evoluírem) e se aperfeiçoar, conforme cada passo que dermos na direção do autocontrole. A justiça atrai ganhos!

BIBLIOGRAFIA

- ALCORÃO SAGRADO. São Bernardo do Campo: MarsaM, 2004.
- AQUINO, Tomás. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- BEE, Helen. *O ciclo vital*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BÍBLIA SAGRADA. Trad. Por João Ferreira de Almeida. Flórida: Vida, 1995.
- BÍBLIA VIDA NOVA. Traduzida por João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1988.
- CABRAL, Álvaro e NICK, Eva. *Dicionário Técnico de Psicologia*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- CÍCERO. *Dos Deveres*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- CONFÚCIO. *Os analectos / Confúcio*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- DAVIDOFF, Linda L. *Introdução à psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- DESCARTES. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- DOSTOIÉVSKI. *Crime e castigo*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- EPICTETO. *A arte de viver: uma nova interpretação de Sharon Lebell / Epicteto*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- ESOPO. *Fábulas do Esopo*. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- ESPINOSA. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- FADIMAN, James. *Teorias da personalidade*. São Paulo: Harbra, 1986.
- FRANKLIN, Benjamin. *Autobiografia*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- GOLEMAN, Daniel. *Inteligência Emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

- HISTÓRIA DA FILOSOFIA. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- HOBBS, Tomas. *O Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Sumaré: Martin Claret, 2002.
- HUME. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- KIEL, Fred e LENNICK, Doug. *Inteligência Moral*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- KILEY, Dan. *Síndrome de Peter Pan*. São Paulo: Melhoramentos, 1987.
- KOHN, Alfie. *Punidos pelas recompensas*. São Paulo: Atlas, 1998.
- LEIBNIZ. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- LIBERATI, Anna Maria. e BOURBON, Fabio. *Grandes civilizações do passado: A Roma antiga*. Fólio, 2007.
- LOCKE. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2005.
- MONTAIGNE, Michel. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- NASCIMENTO, Milton Meira. *Primeira filosofia. Lições introdutórias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PIAGET, J. *O julgamento moral da criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- PLATÃO. *Górgias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- PONTES, Cleto Brasileiro. *Psiquiatria: conceitos e práticas*. São Paulo: Lemos Editorial, 1998 - p. 83.
- SCHOPENHAUER. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- SHAKESPEARE, W. *Hamlet*. São Paulo: Abril, 1976.
- SÓCRATES. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- STEVENS, John O. *Tornar-se presente: experimentos de crescimento em gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, 1988.
- VIEIRA, António. *Obras Seletas. V.6 - Maria Rosa Mística*. São Paulo: Edameris, v.2, 1965.

O autor

Psicólogo, professor e mestre em liderança. Ministrou cursos e palestras no Brasil e no exterior. Pesquisador dos campos da psicologia organizacional, educacional e sócio-econômico, com experiência em orientação de pesquisa. Autor e coautor dos livros Gigantes da Liderança, Gigantes da Motivação e Educação 2006.